

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-graduação em Ciência Política



Dissertação de Mestrado

Dependência e Política:

A alteração dos condicionantes externos da dependência e o Golpe de 2016

Luciano Luz de Lima

Pelotas, 2020

Luciano Luz de Lima

Dependência e Política:

Alteração dos condicionantes externos da dependência e o Golpe de 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Dr. Carlos Artur Gallo

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L732d Lima, Luciano Luz de

Dependência e política : a alteração dos condicionantes externos da dependência e o Golpe de 2016 / Luciano Luz de Lima ; Carlos Artur Gallo, orientador. — Pelotas, 2020.
86 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Dependência. 2. Marxismo. 3. Superexploração. 4. Crise econômica mundial. 5. Golpe de 2016. I. Gallo, Carlos Artur, orient. II. Título.

CDD : 332

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Luciano Luz de Lima

Dependência e Política: A alteração dos condicionantes externos da dependência e o Golpe de 2016.

Dissertação aprovada como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade federal de Pelotas.

Data da Defesa: 25/05/2020

Data da Aprovação: 25/05/2020

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Artur Gallo (Orientador), Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (2016)

Prof. Dr. Bruno Mello Souza, Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (2016)

Prof. Dra. Etiene Villela Marroni, Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (2013)

Agradecimentos

A todos os pensadores e pensadoras que se dedicaram a estudar o Brasil, seu povo e nossa pátria grande latino-americana e perceberam e propugnaram a necessidade de sua transformação social radical.

Ao professor Carlos Artur Gallo, que generosamente se propôs a orientar e auxiliar no desenvolvimento desse modesto trabalho, no que também contribuíram os professores Alvaro Barreto, Bruno Mello Souza e a professora Etiene Marroni.

A minha esposa Fabiane Tejada da Silveira pelo impulso e apoio, ela que é doutora em educação e também professora da UFPEL e dedica sua docência a educar para liberdade.

A minha mãe Dalcy Souza da Luz que sempre apoiou tudo que fiz, assim como meus irmãos Juliano e Lusiana.

E as minhas queridas filhas Dora e Isabela, porque esse trabalho teve por horizonte a construção de um mundo futuro onde a igualdade seja realidade e haja sentido no pedido feito pelo Capitão Lamarca aos seus filhos e que repito a elas: “não chamem ninguém de senhor, por que ninguém é senhor de ninguém.”.

Resumo

LIMA, Luciano Luz de. **Dependência e Política:** a alteração dos condicionantes externos da dependência e o Golpe de 2016. 2020. 81fl. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

A caracterização da economia brasileira como dependente, baseada nas formulações da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e sua relação com o evento político mais expressivo da luta de classes no período recente, que foi o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff através do Golpe de 2016, conforma o objeto dessa dissertação. A pesquisa bibliográfica e documental de dados socioeconômicos nacionais e internacionais foi o método utilizado para permitir o desenvolvimento da dissertação e suas conclusões. Destacando-se como fundamento metodológico o entendimento da necessária unidade de análise dos campos da economia, história, sociologia e política para produção da ciência social. Referenciada nas formulações dos teóricos fundadores da TMD, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Jaime Osório e Vânia Bambirra, teóricos e estudiosos contemporâneos como Carlos Eduardo Martins, Marcelo Carcanholo e Matias Luce e também em David Harvey sobre a crise de 2008 e ainda sobre o processo político do golpe em autores como Jessé Souza, Marcelo Semer, Luis Felipe Miguel e André Singer. O estudo apresenta a relação de dependência e política na sociedade brasileira, analisando a base material sobre a qual se desenrolou o evento político do golpe de 2016, concluindo que o mesmo teve origem na alteração dos condicionantes conjunturais externos da dependência.

Palavras-chaves: dependência; marxismo; superexploração; crise econômica, golpe de 2016.

Abstract

LIMA, Luciano Luz de. **Dependency and Policy**: changing the external conditions of dependency and the 2016 Coup. 2020. 81fl. Dissertation (Master in Political Science) - Graduate Program in Political Science, Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2020.

The characterization of the Brazilian economy as dependent, based on the formulations of the Marxist Theory of Dependence (TMD) and its relationship with the most expressive political event of the class struggle in the recent period, which was the removal of President Dilma Rousseff through the 2016 Coup, conformed the object of this dissertation. Bibliographic and documentary research of national and international socioeconomic data was the method used to allow the development of the dissertation and its conclusions. Highlighting as a methodological foundation the understanding of the necessary unit of analysis in the fields of economics, history, sociology and politics for the production of social science. Referenced in the formulations of TMD's founding theorists, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Jaime Osório and Vânia Bambirra, contemporary theorists and scholars such as Carlos Eduardo Martins, Marcelo Carcanholo and Matias Luce and also in David Harvey about the 2008 crisis and also about the political process of the coup in authors such as Jessé Souza, Marcelo Semer, Luis Felipe Miguel and André Singer, the dissertation pointed out the relationship of dependence and politics in Brazilian society, analyzing the material basis on which the political event of the 2016 coup unfolded, concluding that it originated in the alteration of the external conditions of dependency.

Keywords: dependency; Marxism; overexploitation; economic crisis, 2016 coup.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do Salário Mínimo nos EUA.	37
Figura 2 - Participação da Indústria de Transformação no PIB.....	39
Figura 3 - Evolução da taxa de lucro nos EUA (1951 - 2018).	44
Figura 4 - Crescimento da imigração oriunda da América Central para os EUA.....	46
Figura 5 - Quadro das maiores empresas de telefonia do mundo.....	47
Figura 6 - Evolução de preço da soja mesmo triturada. Fonte: MDI.	55
Figura 7 - Evolução do preço do Óleo Bruto de Petróleo.	55
Figura 8 - Evolução do preço da carne bovina congelada, fresca ou refrigerada.....	56
Figura 9 - Evolução do preço do minério de ferro e seus concentrados.	56
Figura 10 - Evolução do preço da Celulose.....	57
Figura 11 - Evolução do preço da carne de frango congelada, fresca ou refrig. incl. miúdos.....	54
Figura 12 - Evolução do preço do milho em grãos.....	57
Figura 13 - Evolução do PIB brasileiro.....	58
Figura 14 - Evolução do PIB real do Brasil.....	58
Figura 15 - Privatizações Federais por ano, em US\$ bilhões.....	59
Figura 16 - Efeitos da abertura comercial de 1992 a 2010.....	60
Figura 17 - Orçamento federal executado (pago) em 2019.....	72
Figura 18 - Fluxograma do desenvolvimento da relação da dependência com a política.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Redução do número das pessoas abaixo da linha da miséria.....	13
Gráfico 2 - Redução do número de Pessoas abaixo da linha da pobreza.....	13
Gráfico 3 - Aumento do acesso de Negros ao Ensino Superior.	14
Gráfico 4 - Remessa de lucros, juros e serviços não fatoriais versus entrada de capital estrangeiro 1956-2009 (bilhões de US\$) (países dependentes). ...	28
Gráfico 5 - Percentual de importações feitas do Brasil.....	30
Gráfico 6 - Participação percentual do Brasil e do restante da América Latina no suprimento do consumo mundial de café.	31
Gráfico 7 - Queda do preço do Café no Mercado Internacional.	31
Gráfico 8 - Evolução do Consumo de café nos EUA.....	32
Gráfico 9 - Queda dos preços de bens primários no mercado internacional.	34
Gráfico 10 - Evolução do salário mínimo no Brasil em US\$.	36
Gráfico 11 - Elevação preço do óleo bruto de petróleo.....	37
Gráfico 12 - Elevação do preço da soja	40
Gráfico 13 - Elevação preço do café cru em grão.	40
Gráfico 14 - Elevação do preço da carne bovina.....	41
Gráfico 15 - Evolução do Salário Mínimo em US\$.	41
Gráfico 16 - Evolução do PIB.	42
Gráfico 17 - Crescimento da Economia Mundial.	47
Gráfico 18 - Crescimento Países Centrais.	51
Gráfico 19 - Crescimento Países em Desenvolvimento.	51
Gráfico 20 - Crescimento da China.	51
Gráfico 21 - Crescimento da Índia.....	52
Gráfico 22 - Crescimento do Brasil.....	52
Gráfico 23 - Evolução das contas públicas do Brasil.....	56
Gráfico 24 - Comparativo das votações do Golpe de 2016 e da PEC 95 no Senado Federal.	70
Gráfico 25 - Queda do ganho real do salário mínimo.....	74
Gráfico 26 - Variação percentual acumulada da renda.	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	20
A Condição de Dependência da Economia Brasileira	20
1.1 A Teoria da Dependência.....	20
1.2 A Teoria da Dependência em Fernando Henrique Cardoso.....	22
1.3 A Teoria Marxista da Dependência – TMD.....	23
1.4 A Dependência no Brasil	29
CAPÍTULO II	43
A Crise de 2008 e a Alteração das Condicionantes Conjunturais Externas da Dependência.....	43
2.1 A Crise de 2008.....	43
2.2 A alteração dos condicionantes conjunturais externos da dependência	54
CAPÍTULO III	61
O Golpe de 2016, o Governo Temer e o Aprofundamento dos Condicionantes Estruturais da Dependência.....	61
3.1 O Golpe	61
3.2 O Governo Temer e o Aprofundamento dos Condicionantes Estruturais da Dependência.....	72
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS	80

“Utilizar essa linha de análise para estudar as formações sociais concretas da América Latina, orientar esse estudo no sentido de definir as determinações que se encontram na base da luta de classes que ali se desenvolve e abrir assim perspectivas mais claras para as forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo dependente: esse é o desafio teórico que se coloca hoje em dia para os marxistas latino-americanos. A resposta que lhe dermos influirá sem dúvida de maneira não desprezível no resultado a que chegarão finalmente os processos políticos que estamos vivendo”.

Marini (1973, p. 28)

1 INTRODUÇÃO

Dilma Rousseff foi reeleita Presidenta da República nas eleições de 2014. Desde 2013, com uma onda de manifestações apropriadas pela direita e extrema direita, a sequência de governos do Partido dos Trabalhadores iniciada em 2002 com a eleição de seu principal líder, Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, passou a enfrentar uma dura reação.

Os governos petistas buscaram responder as mazelas sociais históricas agravadas desde o fim da ditadura militar onde a política baseada nos investimentos externos e intervenções setoriais do estado, seguindo a vertente mais liberal das teorias da modernização, levou a uma crise de endividamento externo e estagnação que se estendeu pelos anos 80 (MARTINS, 2011).

Mazelas que também não foram enfrentadas no período seguinte dos Governos de Fernando Henrique Cardoso do PSDB (1995-2002), que estabilizou o valor da moeda e os índices inflacionários, mas manteve as discrepâncias da sociedade brasileira.

A manutenção da valorização da moeda se baseou no endividamento externo e na obtenção de recursos com as privatizações, esse modelo colapsou devido as crises asiáticas e russa que derrubaram o preço das commodities exportadas pelo Brasil levando a uma desvalorização cambial em janeiro de 1999, meses após sua reeleição. A abertura comercial realizada no período somada a desvalorização da moeda provocou déficit comercial e impacto negativo na indústria, aumentando o desemprego (FILGUEIRAS, 2006).

Com a eleição de Lula em 2002, o PT, beneficiado por um cenário externo favorável que permitiu uma folga no orçamento público, direcionou importantes investimentos estatais em políticas compensatórias que reduziram significativamente a extrema pobreza.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA mostram a queda do número de pessoas na miséria, em 2003 eram 26,2 milhões e em 2012 eram 10,8 milhões (Gráfico 1).

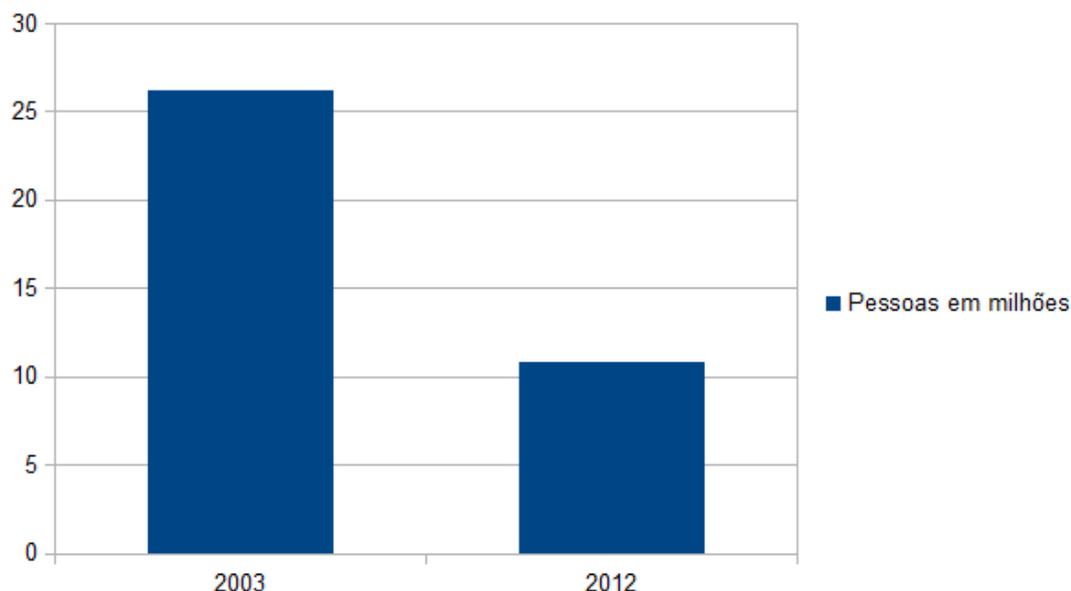


Gráfico 1 - Redução do número das pessoas abaixo da linha da miséria.
 Fonte: Elaboração própria com base no banco público de Dados do IPEA.

Ainda de acordo com o IPEA houve também redução de pessoas pobres, ou seja, que possuem renda duas vezes superior a linha da miséria (O decreto do plano Brasil sem Miséria definia a condição de miséria por uma renda familiar de até R\$ 77,00 por mês) (Gráfico 2).

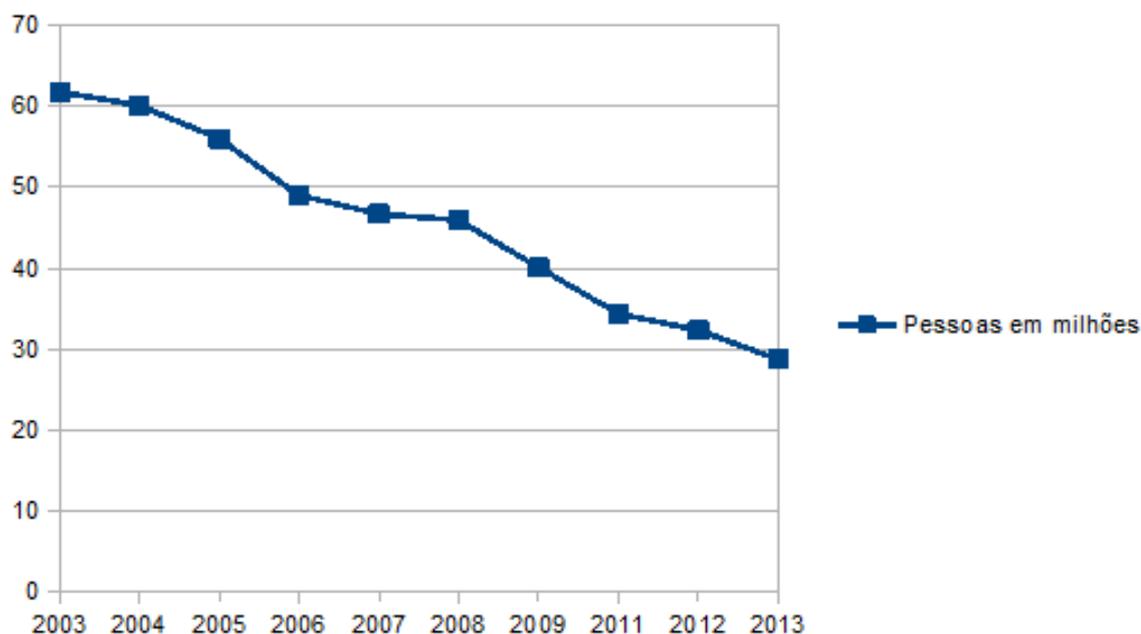


Gráfico 2 - Redução do número de Pessoas abaixo da linha da pobreza.
 Fonte: Elaboração própria com base no banco público de Dados do IPEA.

Os governos de Lula e depois Dilma investiram em obras de infraestrutura e direcionaram investimentos da Petrobras para fomentar a indústria nacional, que geraram cerca de 20 milhões de postos formais de trabalho.

Outro aspecto importante foi a execução de uma política educacional, que oportunizou o acesso ao ensino superior de milhares de jovens pobres e negros, antes marginalizados desse acesso (Gráfico 3).

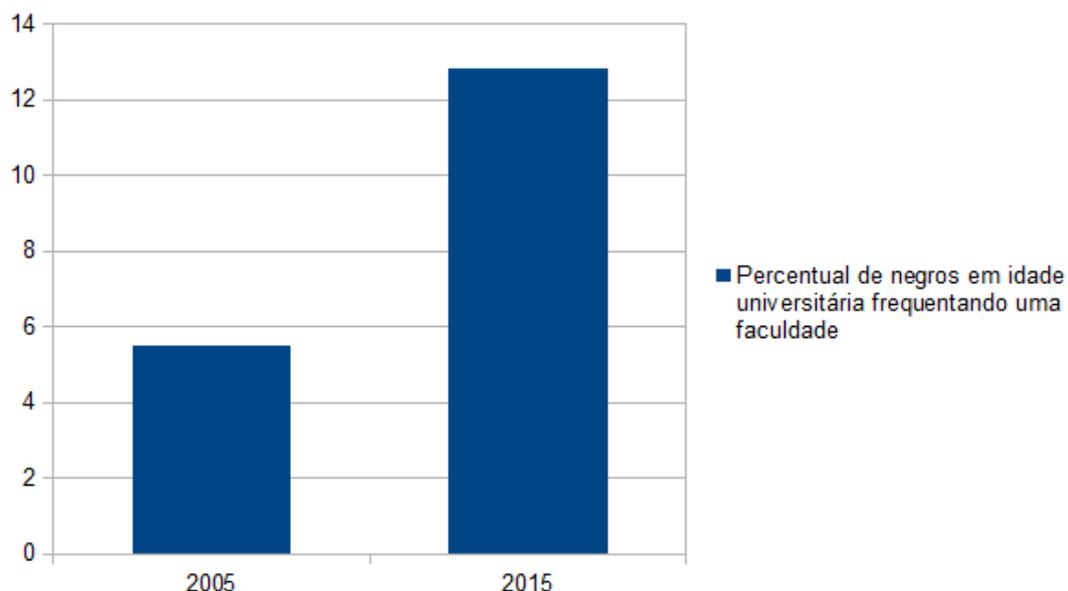


Gráfico 3 - Aumento do acesso de Negros ao Ensino Superior.
Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2016.

Contudo, serviços públicos como transporte e saúde permaneceram críticos, e os efeitos da crise de 2008, dos quais trataremos melhor no Capítulo II, já se faziam sentir em 2014, gerando déficit orçamentário e queda no crescimento do Produto Interno Bruto.

Esse cenário aliado a exploração pirotécnica de denúncias de corrupção envolvendo membros do governo, legitimada pela ação institucional de integrantes do aparato policial e judiciário, em especial a chamada operação “lava jato”, propiciou que a propaganda massiva contra o governo perpetrada pelo monopólio midiático passasse a viabilizar a derrubada da Presidenta recém-eleita, mesmo que através de um golpe.

O golpe foi efetivado através de um processo de *impeachment* durante o ano de 2016. A acusação que deu base ao referido processo tratou das chamadas “pedaladas fiscais”, atrasos nos repasses devidos aos bancos públicos, prática comum desde os governos de FHC, que de forma alguma caracterizariam crime de responsabilidade.

Segundo Miguel (1916, p. 31): “ O golpe de 2016 marca uma fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985”. A ruptura com

os preceitos mínimos de uma democracia liberal vai constituir o vetor da luta de classes nesse período da história brasileira, levando a necessidade de investigá-lo no campo das ciências sociais. Entendemos que tal pesquisa necessita ter como ponto de partida a base material sobre a qual, e com a qual interagem, as relações políticas, jurídicas e culturais da sociedade lócus dos fenômenos a serem analisados.

Sendo assim, constituímos esse trabalho tendo por objeto pesquisar de que forma a condição de dependência da sociedade brasileira impactou os eventos políticos no período posterior a crise econômica mundial, eclodida em 2008.

Buscou-se analisar a relação de possíveis mudanças nos condicionantes conjunturais externos da dependência em decorrência da crise econômica mundial de 2008 e o processo político brasileiro nos anos seguintes, culminados no Golpe de 2016. Trata-se de verificar a ocorrência de movimentos políticos frutos da queda do nível do crescimento da economia mundial e os níveis de disponibilidade de crédito internacional. Essa possível relação decorre da forma de inserção da economia brasileira no sistema capitalista mundial. Essa forma de inserção é a chamada dependência¹ que aqui será definida e abordada como instrumento teórico com base na Teoria Marxista da Dependência, doravante também denominada como TMD.

O problema da presente pesquisa consiste em entender qual a relação entre a crise econômica mundial e o processo político ocorrido no Brasil em 2016. Esse processo é aqui denominado “Golpe de 2016”, por constituir-se como uma ruptura dos preceitos constitucionais que regem o ordenamento jurídico-político do Brasil. O afastamento de um presidente da república só poderia ocorrer em decorrência da execução de crime de responsabilidade², o que não ocorreu observando-se as disposições legais que regem esse procedimento.

A hipótese trabalhada é que as alterações das condicionantes externas da economia brasileira, exigiram a derrubada do governo da então Presidenta Dilma Rousseff. Essa exigência decorreria da necessidade de implantação de políticas

1 Descreve Marcelo Carcanholo (2013, p. 193) acerca de dependência: “A dependência, assim, seria uma situação em que uma economia estaria condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra a qual está subordinada, o que se expressa no fato de a economia dominante poder expandir-se autossustentadamente – de forma contraditória e dialética, como característico do capitalismo – enquanto a dependente só o faria como reflexo dessa expansão, ou de forma estrangida pela situação de dependência, tendo efeitos positivos e negativos sobre o seu desenvolvimento”.

2 Os crimes de responsabilidade do Presidente da República estão descritos no artigo 85 e incisos da Constituição da República. O procedimento para processar o impedimento do Presidente da República encontra-se no artigo 86 da constituição e na Lei 1079 de 1950.

econômicas e sociais que atendessem a uma maior transferência de valor produzido no país para as economias centrais do sistema capitalista.

O objetivo geral da pesquisa é, portanto, a verificação da relação entre a infraestrutura material da sociedade brasileira e sua superestrutura política. Especificamente objetivamos pesquisar os processos políticos que arquitetaram e viabilizaram o golpe de 2016 e as ações governamentais e seus resultados no campo social e econômico antes e depois do golpe.

O trabalho proposto tem como método a pesquisa bibliográfica e documental, para de forma descritiva apresentar os conceitos teóricos referenciais, a conjuntura econômica e os eventos políticos no período proposto. Por fim, usará do exercício analítico para efetivar conclusões relativas à hipótese.

A Teoria Marxista da Dependência será, como já referido, o marco teórico conceitual, que será trabalhado principalmente com base nos escritos de seus elaboradores Rui Mauro Marini (1973), Theotônio dos Santos (1998), Vania Bambirra (2012/1978), Jaime Osorio (2012), de teóricos contemporâneos como Carlos Eduardo Martins (2011) e Marcelo Carcanholo (2008, 2010, 2013, 2016), e também de estudiosos do tema como Mathias Luce (2018), Claudia Wasserman (2017), outros.

As relações da economia e a luta política são elementos presentes no desenvolvimento de toda sociedade. Nisso constitui-se uma premissa do estudo em tela. Destaca-se assim, que não haverá o isolamento de um fator ou campo de estudo. Adotando uma concepção marxista de análise.

Conforme Bambirra (1978, p. 43 *apud* LUCE, 2018):

[...] resulta que, para os marxistas a ciência social não tem compartimentos fechados com seus respectivos rótulos nas portas dizendo: “Economia”, “Sociologia”, “História”, etc. A análise das classes é, em primeiro lugar, uma análise da estrutura econômica. [...] uma análise da estrutura de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção – por conseguinte, uma análise de seu movimento, vale dizer, da luta de classes e, em seguida, uma análise de suas manifestações superestruturais, isto é, das ideologias, instituições, cultura, etc.

O estudo pretendido para relacionar a condição de dependência e a política no Brasil constitui exercício teórico, que se inscreve nos marcos do materialismo histórico³.

³ Jacob Gorender na introdução da edição de 2001 de *A Ideologia Alemã* feita pela Martins Fontes traz o seguinte apanhado sobre o materialismo histórico: “A premissa de que parte a ciência positiva da história são os indivíduos humanos reais, sua ação e condições reais de vida. Premissa a qual se chega por via empírica, dispensando filtragens filosofantes. A premissa de toda a história humana é a

Em A Ideologia Alemã (1845), Marx e Engels, ao tratarem da base real da ideologia nas trocas e forças produtivas, expressam esse entendimento:

A maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação da cidade e o campo. [...] A existência da cidade implica ao mesmo tempo a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, portanto, da política em geral (MARX; ENGELS, 2001, p. 55).

Sendo assim, ter presente o funcionamento do modo de produção capitalista em sua dinâmica geral e suas particularidades na economia dependente brasileira é indispensável para entender os acontecimentos políticos em questão.

O materialismo histórico não responde a um método de simples causa e efeito, de mero determinismo, embora a dinâmica das relações de produção determine o sentido da história.

O marxismo compreende um arcabouço teórico fundado na análise da realidade concreta, se realiza como método no estudo do objeto na sua historicidade, portanto não é um conjunto de dogmas a que a realidade deve se encaixar, mas tão pouco pode ser usado de forma a não obedecer um rigor conceitual e metodológico (MARINI, 1973).

Pontua sobre isso com muita pertinência a seguinte passagem de Carcanholo (2013, p. 193):

Assim, no caso do *desenvolvimento histórico*, tem-se a *processualidade* da história por distintos modos de produção, sempre dialética e historicamente determinados, e, talvez o mais importante, sem nenhuma teologia e/ou determinismo histórico dado *a priori*.

Não há uma organização social e política autônoma das condições materiais. Note-se, por exemplo, que o processo de independência dos Estados latino-americanos, se deu articuladamente sob a emergência da revolução industrial, de forma a vincular esses Estados nascentes a política da Inglaterra como relata Marini (1973) em a Dialética da Dependência. Dificilmente haveria a independência das antigas colônias europeias na América Latina sem o contexto de alteração no desenvolvimento histórico do capitalismo.

Buscamos então, identificar a base material sobre a qual os eventos políticos do período analisado ocorreram e, o que ela demandou das instituições e atores da

existência de indivíduos humanos viventes. Nesse fato concreto se funda o materialismo histórico. [...] O que são coincide com sua produção, tanto com o que produzem quanto com o modo como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (GORENDER *apud* MARX; ENGELS, 2001, p. 14).

política e quais os indicadores sociais e econômicos que demonstram o atendimento ou não dessas demandas, compreendendo a dinâmica dessa inter-relação entre a base material da sociedade e sua organização política como expressão da luta de classes⁴.

Partindo dessa opção metodológica, se analisou a condição de economia dependente que sujeita o Brasil a condicionantes conjunturais externos, que como referido acima, são o nível do crescimento da economia mundial e o nível de disponibilidade de crédito internacional (CARCANHOLO, 2013). Essas condicionantes vão permitir uma expansão de desenvolvimento com arrefecimento das mazelas resultantes da dependência ou uma retração combinada com o aumento da transferência de valor produzido para as economias centrais do capitalismo e decorrente aprofundamento das condições sociais próprias da dependência.

Sendo assim, a caracterização da formação econômica e social do Brasil foi a primeira parte desse estudo. A caracterização de país dependente no sistema capitalista mundial, não só se adequa a construção histórica da sociedade brasileira como a define contemporaneamente.

A condição de economia dependente interage com as formas políticas de organização da sociedade brasileira, como bem assinala Martins (2017, p. 01):

[...] os amplos níveis de desigualdade e pobreza, a fragilidade de nossos sistemas de educação, ciência e tecnologia e de inovação, a instabilidade democrática e os golpes de Estado seriam parte do constitutivo do capitalismo na América Latina e não uma excepcionalidade – esta sim referida aos períodos de inclusão e ampliação do mercado interno, de fortalecimento democrático e de afirmação da soberania produtiva e popular.

Decorre, portanto, que os fenômenos políticos típicos dos países latino americanos estão inter-relacionados com as especificidades da sua condição de dependência, sendo, portanto, necessário analisá-los à luz das alterações dos condicionantes dessa formação sócio econômica. Afinal a política está diretamente condicionada pelas formas de produção, circulação e acumulação.

Sendo assim, a pesquisa se apoiará na análise envolvendo a relação de elementos econômicos - que são a condição de dependência, suas condicionantes

4 Explica Marx no Manifesto do Partido Comunista: “Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, têm permanecido em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa guerra ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que determinou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade, ou pela destruição das duas classes em luta” (MARX, 1987, p. 102).

conjunturais externas, suas condicionantes estruturais e a crise econômica mundial de 2008 - com o elemento político - o processo do golpe de 2016.

O trabalho desenvolve-se em três Capítulos:

CAPÍTULO I: A Condição de Dependência da Economia Brasileira. Nesse primeiro capítulo apresenta-se o marco teórico do trabalho: a teoria da dependência em sua vertente marxista, para com base nela tratar o desenvolvimento histórico da formação socioeconômica brasileira e seu caráter dependente. Sua constituição como economia exportadora de bens primários, sua forma de ingresso na divisão internacional do trabalho. A industrialização e seu condicionamento pela inserção dependente na economia mundial e a vigência atual das condicionantes estruturais da dependência.

CAPÍTULO II: A Crise de 2008 e a Alteração das Condicionantes Conjunturais Externas da Dependência. Nesse segundo capítulo busca-se demonstrar o comportamento das condicionantes conjunturais externas da dependência, apoiando-se em dados econômicos acerca da liquidez internacional e dos preços dos principais produtos primários exportados pelo Brasil no mercado internacional nas duas primeiras décadas do século XXI, abrangendo assim, período anterior e posterior a crise econômica mundial de 2008, que será brevemente descrita também nesse capítulo.

CAPÍTULO III: O Golpe de 2016, o Governo Temer e o Aprofundamento das Condicionantes Estruturais da Dependência. No último capítulo analisa-se o processo político do golpe de 2016 e sua sintonia com possíveis alterações nas condicionantes conjunturais externas da dependência. Analisando o período do governo Temer (2016-2018), os possíveis efeitos de medidas governamentais adotadas e iniciativas legislativas no aprofundamento das condicionantes estruturais da dependência.

Por fim, apresenta-se a Conclusão, onde dedica-se a produzir análises conclusivas acerca da relação da condição de dependência da sociedade brasileira com a política no processo do Golpe de 2016, frente ao contexto da crise econômica mundial.

CAPÍTULO I

A Condição de Dependência da Economia Brasileira

Cabe inicialmente apresentar a definição de Dependência, contextualizando sua construção histórica como teoria e apresentando suas categorias fundamentais, que nos servirão de referencial teórico.

Nesta pesquisa bibliográfica optou-se por basear-se nas formulações da chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD) e suas categorias. A TMD constitui uma vertente da chamada Teoria da Dependência, uma vertente que aplica categorias do marxismo para entender a formação histórica de nossa economia. Torna-se, então, destarte apresentar os elementos gerais da Teoria da Dependência, suas vertentes principais e as especificidades da corrente marxista dessa teoria. É o que se faz a seguir.

1.1 A Teoria da Dependência

O caráter dependente da economia brasileira se apresenta como uma condição de desenvolvimento específico no interior do sistema capitalista mundial. O sistema capitalista se desenvolveu historicamente de forma a submeter, em especial os países outrora colonizados, a um determinado papel na divisão internacional do trabalho⁵.

A Teoria da Dependência é originária da crítica ao “paradigma do progresso”⁶ próprio das formulações da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

5 Em A Dialética da Dependência, Marini (1973, p. 4) explica: “Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta (Inglaterra) seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, [...] começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e - quando a exportação supera as importações - de dívidas. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região”.

6 O paradigma do progresso e seus elaboradores são tratados por Claudia Wasserman em A Teoria da Dependência, do nacional desenvolvimentismo ao neoliberalismo: “Em 1962 [...] alguns celebres economistas brasileiros faziam parte da Comissão Econômica para América Latina (Cepal), sendo o mais destacado deles Celso Furtado, que dedicou sua vida a pensar em projetos de desenvolvimento para América Latina e o Brasil. Outra instituição destinada a pensar o tema era o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). As duas instituições, Cepal e Iseb, abrigavam intelectuais fortemente respeitados no Brasil e tiveram sua fundação vinculada à ideia de que o país podia atingir um patamar de expansão capitalista semelhante ao dos países hegemônicos. Além desses dois centros de debates e estudos sobre a realidade latino-americana e brasileira, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) também participava das discussões, por meio de seus intelectuais, que elaboravam informes, teses, relatórios e produziam artigos em revistas e jornais para debater os problemas brasileiros. Entre os intelectuais do PCB, os mais destacados nesse debate eram Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodr e, Alberto

(CEPAL) e dos Partidos Comunistas. Para a CEPAL o desenvolvimento seria produto da modernização industrial e para os PC's o capitalismo brasileiro teria resquícios feudais sendo então necessária uma revolução democrático-burguesa que criasse as condições do surgimento de uma classe operária forte (MARTINS, 2011).

Próprias, portanto, de um conteúdo centrado na ideia da modernização, as teorias elaboradas, em especial, na Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) entendiam a condição dos países periféricos do sistema capitalista mundial como de atraso. O subdesenvolvimento seria uma etapa anterior ao desenvolvimento, para o que seriam necessárias políticas de industrialização. Deriva dessas ideias o chamado “nacional desenvolvimentismo”, um projeto baseado centralmente na política de substituições de importações.

As teorias nacionais desenvolvimentistas não tiveram, contudo, o sucesso almejado, implantadas em boa medida pelos governos nas décadas de 50 e 60, elas não trouxeram os resultados de superação do subdesenvolvimento, a industrialização por substituição de importações arcou com a elevação dos custos de importação de bens de capital, tornando o país ainda mais dependente de investimentos externos, esse processo resultou em uma queda no crescimento do PIB de 5,1% entre 1956 e 1961 para 0,3% entre 1962 e 1967 (MARTINS, 2011). Compreendendo a realidade internacional como um conjunto de nações com inter-relações econômicas autônomas, as teorias nacionais desenvolvimentistas atribuíam a fatores internos as razões do atraso, ignorando o papel integrado dos chamados países subdesenvolvidos no sistema econômico mundial.

É aí que as teorias da dependência dão um salto em relação as teorias cepalinas⁷. As teorias da dependência vão entender a realidade latino-americana como integrada a uma divisão internacional do trabalho onde o seu desenvolvimento não é “atrasado”, é *sui generis*, ele ocorre de forma ajustada ao desenvolvimento geral do sistema econômico mundial, tendo suas determinantes articuladas dentro e fora.

Passos Guimarães, entre outros, muitos dos quais participavam simultaneamente do PCB, do Iseb e da Cepal” (WASSERMAN, 2017).

⁷ Martins (2011, p. 229) explica: “As teorias da dependência significaram um salto na compreensão da realidade latino-americana. Como vimos, a problemática do atraso e do subdesenvolvimento era percebida tanto pelos teóricos da modernização quanto pelos cepalinos, sob a ótica do nacionalismo metodológico, que vê a economia mundial como um agregado de economias nacionais independentes que se relacionam entre si, principalmente por meio do comércio. Os problemas que levavam a América Latina e a periferia ao atraso derivavam de heranças históricas, como a colonização, e decisões internas equivocadas que beneficiavam grupos parasitários em detrimento da nação”.

O enfoque da dependência colocou a questão sob outro prisma, que assinalava que o desenvolvimento do capitalismo havia estabelecido uma divisão internacional do trabalho hierarquizada constituída por classes e grupos sociais que se articulavam em seu interior, mas que pertenciam, muitas vezes, a estruturas jurídico-políticas distintas. Essa divisão do trabalho se expandia e implicava a circulação de capitais e de mercadorias em seus limites. Os países dependentes eram sujeitos aos monopólios tecnológicos que articulavam essa circulação e tendiam a ajustar seu aparato produtivo, comercial e financeiro a ela. As decisões estavam condicionadas pela economia mundial capitalista e as classes dominantes dos países dependentes respondiam positivamente a esses condicionamentos (MARTINS, 2011, p. 229).

O desenvolvimento das teorias da dependência dividiu-se em duas grandes vertentes, uma caracterizada por Carlos Eduardo Martins como Weberiana e outra conhecida como a Teoria Marxista da Dependência.

1.2 A Teoria da Dependência em Fernando Henrique Cardoso

Para além de expor necessárias linhas sobre a vertente weberiana da dependência, abordar as formulações de Fernando Henrique Cardoso sobre a dependência se fazem também necessárias pela notoriedade política do referido pensador. Tal notoriedade, e sua vinculação as formulações acerca da dependência facilmente provocam confusões quanto a teoria e suas outras vertentes. Portanto, ao apresentar as formulações de Fernando Henrique Cardoso, torna-se claro que não se tratam delas aqui no referencial teórico.

Fernando Henrique Cardoso é um dos formuladores iniciais da teoria da dependência. Juntamente com o chileno Enzo Falleto foi autor de Dependência e Desenvolvimento na América Latina (1969), onde vão dar um passo além do desenvolvimentismo, colocando a dependência no centro da compreensão da realidade latino-americana. No entanto, seu enfoque busca o desenvolvimento através da articulação da dependência e não da ruptura com ela.

A partir da criação de um tipo ideal de dependência, método claramente weberiano, Fernando Henrique Cardoso e Faletto a descrevem como uma ambiguidade de soberania política e inserção subordinada no mercado internacional. Sob essa estrutura de dominação – liberdade de autonomia política condicionada pelo mercado internacional – estariam estabelecidos limites ao desenvolvimento, subordinando a própria luta de classes. Trata-se para esses autores de interpretar a dinâmica dependente e não observar suas contradições e necessidade de ruptura.

Em oposição a Marini, Fernando Henrique Cardoso não considera a categoria da superexploração da força de trabalho que confunde com mais valia absoluta, para ele, sendo as economias industriais baseadas na mais valia relativa não há interesse teórico em estudar formas de produção baseadas em mais valia absoluta. Mas Fernando Henrique Cardoso e Faletto não foram precursores únicos das teorias da dependência. Intelectuais como Caio Prado Jr. (WASSERMAN, 2017) já colocavam a dependência como enfoque de seus estudos.

Outro grupo de intelectuais marxistas, de cunho heterodoxo, trouxeram contribuição original ao debate da dependência, constituindo um conjunto de formulações que passaram a compor a chamada Teoria Marxista da Dependência.

1.3 A Teoria Marxista da Dependência – TMD

A teoria marxista da dependência conseguiu articular a inserção das sociedades periféricas no mercado internacional com os processos de acumulação de capital internos de cada país. Tornou-se uma teoria essencial para a compreensão das nossas sociedades, na medida em que superou a dicotomia das polarizações nação, império e classes sociais, para rearticulá-las em uma totalidade única, contraditória como qualquer totalidade em nossas sociedades (SADER, 2011 *apud* MARTINS, 2011, p. 2).

A teoria marxista da dependência (TMD) não é uma teoria acabada, se mantém em constante construção, desde a formulação da categoria da superexploração da força de trabalho que impulsionou o desenvolvimento dessa corrente de pensamento. Tal categoria foi chave nesse estudo.

A Teoria Marxista da Dependência pode ser considerada herdeira de um marxismo heterodoxo, no sentido de não ter o marxismo com um conjunto de crenças, mas como um método de análise histórico, e tem um fio condutor na teoria do imperialismo de Lenin, a TMD sempre se fundou em um marxismo aberto, conforme uma de suas criadoras: “Ser marxista es ser creador, no um mero repetidor de textos; es saber utilizar el método dialético para hacer un análisis concreto de una situación concreta” (BAMBIRRA, 1978, p. 69).

Desdobrando as teorias do valor de Marx e do imperialismo de Lenin, a teoria marxista da dependência revela a historicidade e especificidade do desenvolvimento dos países periféricos que têm na transferência de valor, operada pelo intercâmbio desigual no comércio mundial onde o valor de mercado é menor que o valor de

produção, e na superexploração da força de trabalho⁸ como compensação dessa transferência as condicionantes estruturais da sua formação socioeconômica.

Como teoria⁹ a TMD incorporou a inversão de fluxo de ideias entre a América Latina, a Europa e os Estados Unidos, passando a influenciar o pensamento nesses espaços geográficos. É preciso enfatizar a importância de analisar a situação brasileira a partir de referenciais teóricos produzidos na América Latina.

Adverte-se que não analisamos aqui o desenvolvimento da TMD, partimos dos elementos da teoria que se entendeu serem vigentes para explicar a realidade brasileira.

Osório (2016) pontua marcos fundadores da TMD. Poderíamos sintetizá-los na ideia de especificidade do capitalismo latino-americano, em cujo o desenvolvimento e seus desequilíbrios são resultantes da sua integração ao sistema econômico mundial e sua expansão. Assim, não há uma trilha de equiparação aos níveis das economias centrais, mas um aprofundamento das desigualdades. A TMD parte da inserção das economias periféricas na divisão internacional do trabalho, essa inserção constituiu as economias dependentes como economias exportadoras de bens primários. A produção cada vez maior de bens primários por parte das economias dependentes

8 Sobre a superexploração: “Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho [...]. Diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente” (MARINI, 1973, p. 11).

9 Martins (2017, p. 2) pontua elementos da TMD: “No plano teórico e analítico o enfoque marxista da dependência tem se desdobrado de forma criativa nas seguintes direções neste século: (a) no caminho, de inversão dos fluxos colonial e eurocêntrico das ideias que passaram, nos anos 1970, com a Teoria da Dependência, a influenciar os Estados Unidos e a Europa Ocidental desde a América Latina. Trata-se então para prosseguir neste caminho de compreender a teoria marxista da dependência como uma primeira etapa da construção de uma teoria marxista do sistema mundo, que não apenas avança na ressignificação das teorias do imperialismo dos anos 1910-20, mas também dos enfoques mais recentes de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Beverly Silver; (b) na análise dos padrões de reprodução do capital na América Latina, mostrando sua vinculação com a financeirização, o neoliberalismo, os ciclos econômicos e a revolução científico-técnica; (c) no estudo do conceito de superexploração do trabalho [...]; (d) na investigação das novas expressões do sub-imperialismo na América Latina; (e) na análise dos novos padrões de reprodução ideológica da dependência em nossa região; (f) na investigação da crise da democracia liberal, da natureza dos Estados de exceção latino-americanos e de sua proximidade com o fascismo; (g) na elaboração do desenho estratégico dos processos de emancipação de nossos povos da dependência, enfatizando sua geopolítica regional e mundial, sua base de classes, étnica, social, ambiental e seus eixos político-institucionais”.

vai viabilizar a especialização de trabalhadores nas indústrias dos países centrais do capitalismo, que terão à disposição alimentos para garantir que os operários se dediquem exclusivamente a atividade industrial, bem como matérias primas para dar suporte ao crescimento da produção de produtos manufaturados (LUCÉ, 2018).

As condições favoráveis das economias centrais permitem o aumento da produtividade do trabalho em suas atividades passando o centro da dinâmica de acumulação da mais valia absoluta para a mais valia relativa, tal processo não ocorre nas economias dependentes. A diferença do grau de produtividade das economias dependentes, em relação as economias centrais, farão com que seus produtos sejam comercializados internacionalmente por um valor de mercado abaixo do de produção.

Dessa forma há uma transferência de valor de parte da mais valia¹⁰ produzida na economia dependente. Para compensar essa transferência torna-se necessário aumentar a produção de mais valia, o que se dá com a superexploração da força de trabalho, categoria desenvolvida por Ruy Mauro Marini (1973).

A superexploração da força de trabalho é o processo sistemático de remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor. Essa superexploração é a forma dos capitalistas locais de compensar a parte substancial da mais valia gerada no território que é remetida as metrópoles através de remessas por diversas formas como royalties, juros e serviços da dívida, repasses intra-firmas, deslocamento de capitais especulativos, etc...

A relação entre a expropriação internacional dos excedentes gerados nos países da América Latina e a busca de superexploração dos trabalhadores por parte das classes dominantes locais para compensar essas perdas está no coração do fenômeno da dependência (SANTOS; MARTINS, 2011, p. 10).

A transferência de valor e a superexploração da força de trabalho constituem dessa forma as condicionantes estruturais da dependência, cuja especificidade é a articulação dessas condicionantes como dinâmica central do processo de acumulação de capital nas economias dependentes (MARINI, 1973). A inserção dependente na divisão internacional do trabalho e a decorrente e sistemática transferência de valores

10 Lapidus e Ostrovitianov (1929) fornecem uma definição sobre os conceitos do Capital de Marx: “O valor criado pelo operário na segunda metade do seu dia de trabalho é para o capitalista um lucro líquido. Este excedente de valor que o operário cria para além do valor da sua força de trabalho chama-se mais-valia. Marx chama tempo de trabalho necessário ao tempo durante o qual o operário reproduz o valor da sua força de trabalho, e tempo de sobre trabalho ao tempo durante o qual cria mais-valia para o capitalista. A mais-valia é o traço particular da exploração capitalista. Na realidade a exploração já existia no tempo da escravatura e do feudalismo. Mas a força de trabalho nunca foi uma mercadoria e, portanto, nunca o sobre produto se transformou em mais-valia. Esta mais-valia criada pelo operário durante o tempo de sobre trabalho é a origem do lucro capitalista”.

às economias centrais pode ser demonstrada quando analisado o caso dos nitratos chilenos, apresentado em Luce (2018).

O nitrato chileno é um nitrogênio que fixa nutrientes nas plantas e, seu uso foi fundamental para o aumento da produtividade agrícola nas décadas finais do século XIX e nas iniciais do século XX em países centrais como Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Holanda e EUA, possibilitando o incremento da atividade industrial. Além de exportar um valor de uso às economias centrais, a economia chilena transfere valor de produção que é apropriado por essas economias através da depreciação dos preços do nitrato chileno, no Quadro 1 a seguir vê-se isso claramente:

Produção mundial de nitrogênio por processo (em mil toneladas)								
Fertilizante/ano	Nitrato chileno	Guano	Sulfato de amônio	Cianamida de Cálcio	Nitrato de Cálcio	Amônia sintética	Total	
1870	30	70	0	0	0	0	100	
1880	50	30	0	0	0	0	80	
1890	130	20	-	0	0	0	150	
1900	220	20	120	0	0	0	360	
1910	360	10	230	10	-	-	610	
1920	410	10	290	70	20	150	950	
1930	510	10	425	255	20	930	2150	
Consumo de nitratos chilenos								
Ano/País	EUA	Reino Unido	Alemanha	França	Países Baixos	Bélgica	Itália	Espanha
1880	15%	28%	27%	17%	9%	4%	-	-
1890	9%	13%	34%	28%	6%	10%	1%	-
1900	11%	10%	36%	21%	7%	13%	2%	-
1913	19%	6%	37%	14%	7%	14%	2%	-
1919	78%	1%	0	7%	7%	4%	1%	3%
Queda nos preços dos fertilizantes (média)								
Período			País			Queda		
1880-1905/13			Alemanha			55%		
1882-1910			Suíça			42%		
1879-1910			Reino Unido			47%		
Consumo de nitrogênio na Alemanha em 1913								
Consumo total		Consumo de nitrato chileno		% nitratos chilenos no consumo total de nitrogênio pela Alemanha				
225.500 toneladas		106.500 toneladas		47,86%				

Quadro 1 - Participação dos nitratos chilenos no mercado mundial de fertilizantes (nitrogênio) (1870-1930).

Fonte: Luce (2018, p. 103).

No mesmo sentido têm-se os dados acerca da produção e comercialização do café no mercado internacional, bem como da carne argentina¹¹.

A condição de economias exportadoras de bens primários dos países dependentes é ainda presente, mantendo a transferência de valor para as economias centrais através da diferença entre valor de produção e valor de mercado dos seus produtos e tornando-as suscetíveis a depreciação dos preços desses produtos o que agrava suas dificuldades de desenvolvimento. Vê-se a manutenção dessa condição no Quadro 2 a seguir:

PAÍSES	ANO 2009
África do Sul	59,8%
Alemanha	16,0%
Argentina	68,5%
Austrália	79,8%
Brasil	64,2%
Canadá	53,2%
Chile	91,2%
China	10,0%
Colômbia	75,4%
EUA	26,5%
Índia	42,5%
México	26,3%
Peru	89,0%
Rússia	77,8%
Venezuela	97,6%

Quadro 2 - Participação nas exportações de produtos naturais e produtos intensivos de produtos naturais nas exportações totais de países selecionados em 2009.

Fonte: APEX-Brasil (2011).

O processo de transferência de valor se dá além da deterioração dos termos de intercâmbio, por serviço da dívida (remessa de juros), remessa de lucros, royalties e dividendos (LUCE, 2018).

O investimento externo esteve no centro dos projetos de desenvolvimento do país e representaram um aumento crescente da transferência de mais valia, como vemos no comparativo do ingresso e remessas no Gráfico 4.

11 Para um maior aprofundamento ver LUCE, Mathias Seibel. Teoria Marxista de Dependência, problemas e categorias. Uma visão histórica. Expressão Popular. São Paulo, 2018.

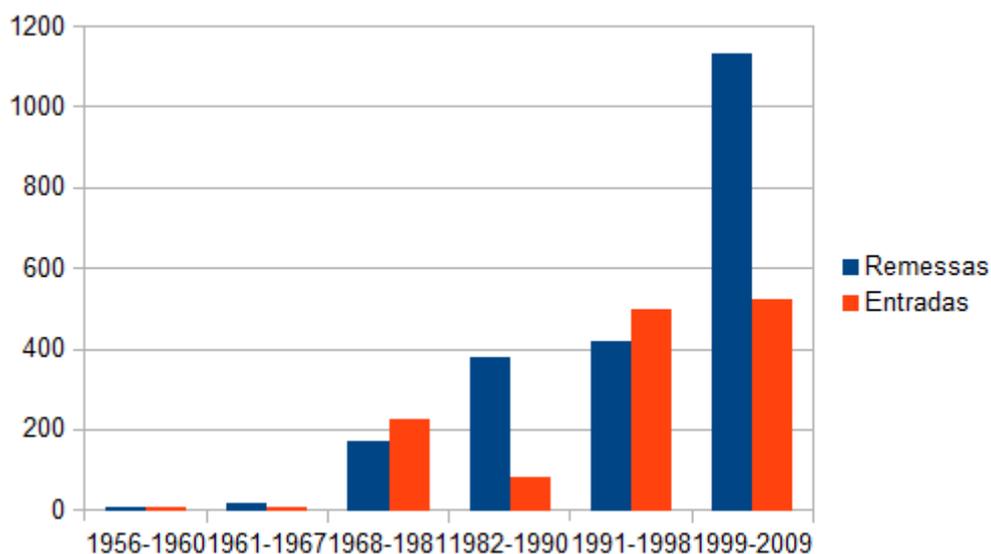


Gráfico 4 - Remessa de lucros, juros e serviços não fatoriais versus entrada de capital estrangeiro 1956-2009 (em bilhões de US\$) (países dependentes).

Fonte: Martins (2011).

A transferência de valor na forma dessas remessas demonstra o “efeito descapitalizador do capital estrangeiro sobre os países dependentes” (MARTINS, 2011, p. 248). E segue explicando como a TMD percebe todo o ciclo de desenvolvimento da economia dependente que compensa o desequilíbrio na balança de pagamentos com a superexploração da força de trabalho. E conclui: “A teoria marxista da dependência, ao enfatizar o ciclo em todas suas fases no plano internacional e nacional, revela uma capacidade de compreensão do capitalismo dependente bastante superior”.

A TMD vai concluir que os países dependentes, não estão em um estágio anterior ao desenvolvimento das economias avançadas como sustentam outras teorias¹²; mas encontram-se sob uma sistemática dependência tecnológica, financeira e política que sustentou e sustenta a própria manutenção da economia capitalista mundial.

Decorre dessa condição uma limitação das possibilidades de desenvolvimento econômico, social e cultural, que estão condicionados a dinâmica ditada pelas

¹² Martins (2011, p. 225) expõe a diferença de abordagem da TMD e as teorias da modernização nessa passagem: “Para as teorias da modernização, o subdesenvolvimento latino-americano e as dificuldades para o arranco se explicavam pelas resistências internas à ação das elites modernizantes, que assimilavam a experiência e liderança dos países centrais. Cabia aos Estados centrais, principalmente os Estados Unidos, e ao capital estrangeiro contribuir para ultrapassá-las. Versões à esquerda e à direita no campo da teoria da modernização foram construídas, aproximando o desenvolvimento dos movimentos de massas ou do liberalismo econômico”.

economias centrais, a partir da qual surgem oportunidades de expansões e retrações da dinâmica interna das economias dependentes.

De uso dessa importante e indispensável ferramenta teórica enfrentamos a presente pesquisa sobre a relação da dependência com a política no Brasil, começando por abordar a condição de dependência desse.

1.4 A Dependência no Brasil

A condição de dependência da formação socioeconômica do Brasil, que é pressuposto fundamental desse trabalho, é aqui definida e explicada pelas formulações da TMD, apoiadas em dados aqui previamente selecionados.

A Teoria Marxista da Dependência não se caracteriza como um tipo ideal no qual se enquadram mais ou menos as formações socioeconômicas. Ela é sim, resultado da análise histórica do desenvolvimento das economias periféricas em relação a totalidade do sistema capitalista.

Sendo assim, não trataremos de enquadrar a sociedade brasileira em um conceito, mas apresentar uma análise histórica de seu desenvolvimento que permitiu defini-la como dependente.

Logo no início de a “Dialética da Dependência” Ruy Mauro Marini alerta:

Em sua análise da dependência latino-americana os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação (MARINI, 1973, p. 2).

A TMD é justamente o esforço de evitar tais desvios, não ocorrendo em resultados que ou descrevem a realidade em paralelo a teoria sem fundi-las ou promovem um ecletismo que acaba por negar o marxismo sob pretexto de enriquecê-lo, resultados também advertidos por Marini (1973).

O uso de rigor conceitual, fundado em especial na teoria do valor de Marx, permitiu desenvolver categorias próprias do desenvolvimento dependente, que conduzem o processo descrito a seguir.

A formação sócio econômica do Brasil se caracterizou por inserir-se na divisão internacional do trabalho a partir da revolução industrial como uma economia exportadora de bens primários.

Como já exposto nesse Capítulo, o desenvolvimento das economias centrais do sistema capitalista mundial pode deslocar seu centro dinâmico da produção de mais valia absoluta para a mais valia relativa por contar com a produção massiva de alimentos e matérias-primas por parte dos países periféricos.

No caso do Brasil, a produção de minerais e insumos como a borracha tiveram papel importante nesse processo. Mas cabe destacar o papel da produção de café.

A produção e exportação do café foi central no desenvolvimento da economia brasileira, como já assinalava Celso Furtado em “A Economia Latino-Americana:

Os três decênios que antecederam a Primeira Guerra Mundial constituíram um período de rápido desenvolvimento econômico e alguma transformação social no conjunto da América Latina. [...] no Brasil, onde a penetração do café no altiplano paulista e o fluxo migratório europeu provocaram o colapso da economia escravagista (FURTADO, 2007, p. 101).

Em especial, a explosão populacional dos Estados Unidos da América e a incorporação do café como produto do consumo de massas naquele país, permitiu a exportação em grande escala do café brasileiro. Em 1900 os EUA eram responsáveis por 40% da importação mundial de café.

Isso também expressava a ascensão Norte Americana frente ao declínio da Grã-Bretanha, que aparecia fortemente no quadro das importações feitas do Brasil (Gráfico 5).

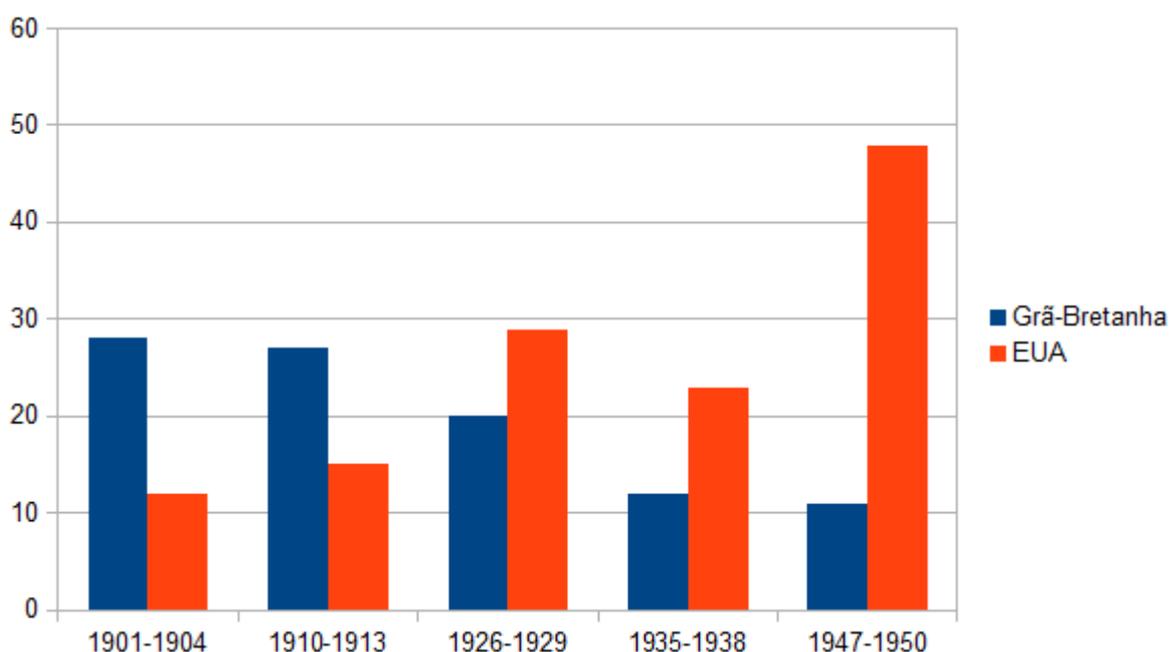


Gráfico 5 - Percentual de importações feitas do Brasil.

Fonte: Garcia (2002).

O Brasil representou percentual expressivo do total de consumo mundial do café, conforme o Gráfico 6 abaixo:

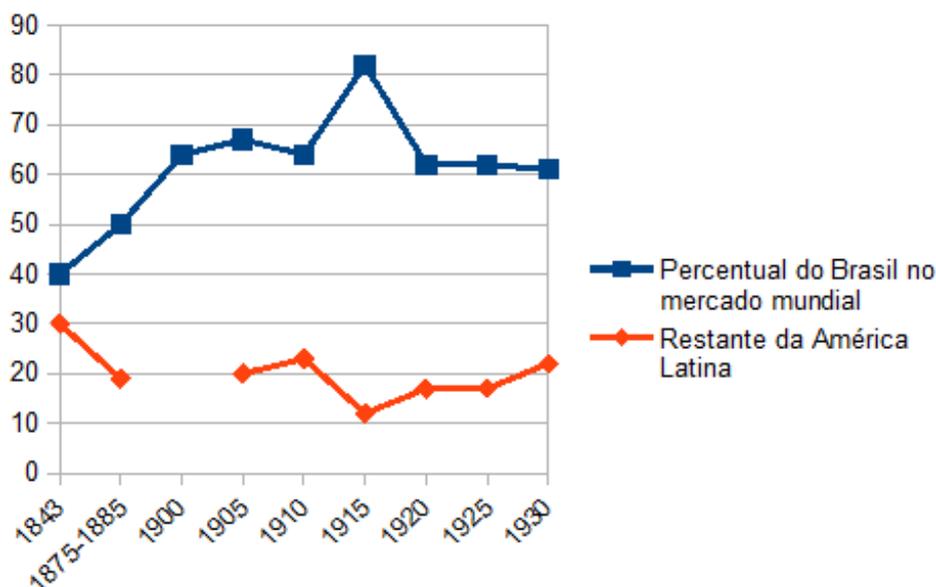


Gráfico 6 - Participação percentual do Brasil e do restante da América Latina no suprimento do consumo mundial de café.

Fonte: Luce (2018).

O desenvolvimento da economia brasileira decorrente da exportação de café esteve diretamente vinculado a dinâmica das economias centrais, o que a caracteriza como dependente.

Ainda se observa a deterioração dos preços na medida em que aumentava a produção. Em 1893 a saca valia o equivalente a 16,6 US cents e o país produzia 9,401 milhões de sacas, já em 1930 a saca valia 7,0 US cents e a produção brasileira era de 24,797 milhões de sacas, podendo ser observado no Gráfico 7 por Luce (2018).

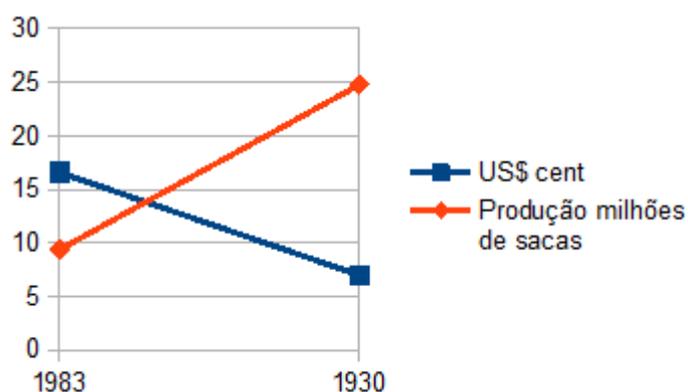


Gráfico 7 - Queda do preço do Café no Mercado Internacional.

Fonte: Elaboração própria com dados de Luce (2018).

O aumento da produção acompanhava o aumento da demanda (ver gráfico 6), mas os preços caíam. Dessa forma se operava a transferência de valor ao mesmo tempo que se reduzia o valor da força de trabalho nos EUA e Europa. Essa transferência de valor era então compensada com a superexploração da força de trabalho no Brasil.

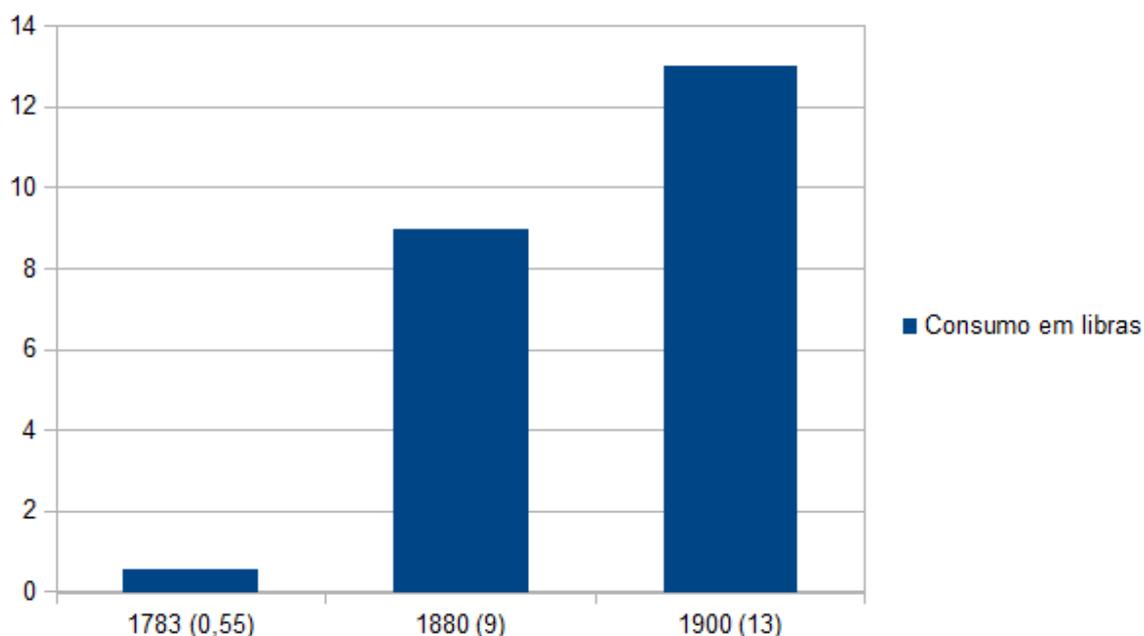


Gráfico 8 - Evolução do Consumo de café nos EUA.
Fonte: Elaboração própria com dados de Luce (2018).

A produção cafeeira contou em boa parte de seu desenvolvimento com a mão de obra escrava, após a abolição a mão obra liberta foi mantida em condições de trabalho herdadas da escravidão, que manteve elementos de vinculação as grandes propriedades e exploração do trabalho na subsequente mão de obra dos trabalhadores imigrantes no século XX (GAMBERT, 2015).

Esse período de inserção dependente no sistema capitalista mundial é o padrão de reprodução do capital, categoria da TMD, definido como padrão agromineiro-exportador (OSÓRIO, 2012).

Bambirra (2012) ao estudar as formações econômicas e sociais dos países dependentes, os classificou em três tipos: o tipo A que corresponde a países que começaram seu processo de industrialização ainda no final século XIX, o tipo B correspondente a países que tiveram sua industrialização baseada no investimento estrangeiro no pós-segunda guerra e o tipo C relativo a países que não se industrializaram.

O Brasil compõe o conjunto de países do tipo A, assim como México, Argentina e outros. Essa condição produziu uma burguesia industrial nacional e uma dinâmica social já baseada em relações capitalistas, permitindo que o país se aproveite a alteração de cenário internacional no entre guerras.

Nesse período reduziram-se as ofertas de produtos manufaturados para importação, e deu-se então, conforme Osório (2012) o segundo padrão de reprodução do capital na economia brasileira: O padrão industrial internalizado.

Note-se que mais uma vez é a dinâmica das economias centrais que dita o desenvolvimento periférico. Ganhou força no período de crise da economia internacional no intervalo entre guerras, onde a importação de produtos manufaturados tornou-se dificultada as altas camadas de consumo dos países dependentes, o chamado nacional desenvolvimentismo.

Aliada ao aumento dos preços de importação, a queda das exportações de produtos primários fechava o quadro que impulsionaria a necessidade de aumento da atividade industrial nas economias dependentes, dando espaço aos projetos nacionais desenvolvimentistas. O nacional desenvolvimentismo surge então como resposta a crise da divisão internacional do trabalho baseada na especialização produtiva, alicerçada fundamentalmente na teoria ricardiana.

Essa divisão internacional do trabalho não se realizou na maneira ideal como concebida, seu sistema de exploração de vantagens comparativas através da especialização provocaram uma depreciação dos preços de bens primários. Os preços dos bens primários no comércio internacional caíram em relação ao período 1876-1880 em 24,2% no período de 1991-1913 e em 35,9% no período de 1936-1938, no entre guerras (MARTINS, 2011) (Gráfico 9).

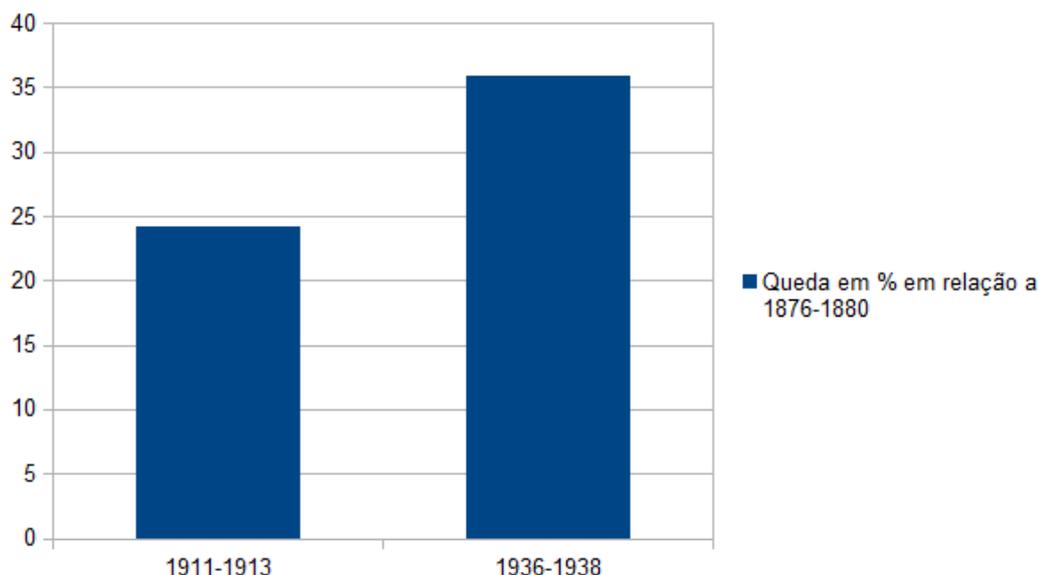


Gráfico 9 - Queda dos preços de bens primários no mercado internacional.
 Fonte: Elaboração própria com dados em Martins (2011)

Esse novo paradigma teórico, o nacional desenvolvimentismo, é gestado no interior da Comissão Econômica Para América Latina e Caribe - CEPAL e tem em Celso Furtado e Raúl Prebisch seus principais elaboradores. Esse paradigma se baseou na busca do Estado Nacional como propulsor da industrialização como solução ao atraso do desenvolvimento dos países periféricos. Tal processo se materializou em políticas públicas voltadas a chamada substituição de importações.

Essa formulação e ação prática está no centro da revolução de 30 e implantação do Estado Novo, há nesse período uma intervenção direta do Estado com objetivos industrializantes, como na produção de aço e energia. Conforme Furtado (2007), a revolução de 30 foi uma sublevação popular que deslocou a oligarquia cafeeira do centro do poder, sem, no entanto, romper totalmente com a mesma, chegando a ser adquirida, durante o governo Vargas, parte da produção de café para ser destruída e assim evitar deterioração maior dos preços.

O nacional desenvolvimentismo traz a cena o planejamento econômico como tarefa central do Estado, durante o período Vargas (1930-1945 / 1951-1954) opera-se uma reforma do Estado, criam-se agências estatais responsáveis pelo planejamento e fomento de políticas de modernização/industrialização, frente a oposição de setores tradicionais ligados as oligarquias exportadoras impõem-se um autoritarismo centralizador, que busca legitimar-se pela necessidade de eficiência na execução das políticas modernizantes (ALBUQUERQUE, 2015).

No período Vargas a política industrializante se fundou em uma perspectiva nacionalista limitando a incidência do capital estrangeiro. Foram criadas a PETROBRAS, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento), e implementou-se também uma política que pretendia a fabricação gradual de veículos automotores nacionais, cujo o instrumento era a Comissão Executiva de Material Automobilístico. Essa perspectiva nacionalista que limita o papel da empresa e do capital estrangeiro e suas agências de financiamento vai gerar resistências desses atores (AREND, 2009). Essas resistências aliadas a já presente oposição das oligarquias exportadoras vai levar ao fim trágico de Vargas em agosto de 1954.

No governo de Juscelino Kubitschek - JK (1956-1960) há um incremento da modernização da infraestrutura e dos investimentos estrangeiros que viabilizam a importação de bens de capital ao mesmo tempo que aumentam a dependência. É um giro da política desenvolvimentista, diminuindo seu caráter nacionalista numa tentativa de combiná-lo com uma estratégia de interdependência e associação com o capital estrangeiro conforme Mourão (2012) *apud* Albuquerque (2015). Essa estratégia vai gerar um novo arranjo de forças no cenário político aliando onde o capital internacional passa a controlar os setores dinâmicos da indústria (AREND, 2009). Esse novo arranjo caracteriza a subordinação da burguesia industrial nacional ao capital internacional, extinguindo a pretensão de um projeto nacional (SANTOS, 1998).

A estratégia de modernização interdependente de JK tem êxito refletido no crescimento do PIB que segundo dados do IBGE teve um crescimento de 47,5% durante os anos de seu governo, no entanto houve um incremento inflacionário que chegou a 39,44% em 1959, superando em muito o período anterior de Eurico Gaspar Dutra (uma espécie de intervalo no período do desenvolvimentismo) e até mesmo dos anos de Vargas.

O período nacional desenvolvimentista teve além dos investimentos externos o excedente das exportações como chave para viabilizar as novas importações, principalmente quando se tratou de bens de capital, o que tirou a questão agrária de suas elaborações, como foi apontar mais tarde Maria da Conceição Tavares (1964).

Houve enorme dificuldade de conciliar a pauta exportadora e as novas necessidades de importação, devido a manutenção da depreciação dos preços dos bens primários. Além disso, os produtos manufaturados internamente se destinavam as camadas altas do consumo, a produção industrial não se alicerçou no aumento de poder de consumo da classe trabalhadora, mas no aumento da massa de valor gerado

através da superexploração da força de trabalho, criando uma linha de continuidade da dependência advinda da economia exportadora.

Na passagem da década de 40 para a década de 50, conforme Marini (1979b), Argentina e Brasil vivenciam um equilíbrio entre a produção das manufaturas e a demanda, esse fator poderia levar então a busca pelo aumento da produtividade do trabalho mudando qualitativamente o caráter da economia, mas isso é neutralizado pela política de aumento da renda das classes médias que vão absorver a necessidade de ampliação do consumo.

A indústria de economia dependente ao contrário do preconizado pelo nacional desenvolvimentismo não foi capaz de conduzir ao padrão das economias centrais. Ela reproduziu a dinâmica da superexploração.

Podemos observar no Gráfico 10 e na Figura 1 a enorme diferença dos salários pagos no Brasil e no EUA nos anos 50. Enquanto no Brasil há um valor do salário mínimo em 1953 de US\$ 64,21, no mesmo período o salário mínimo por hora nos EUA girava em torno de US\$ 7,00 o que considerando uma carga horária de 44 horas semanais equivaleria a um salário mensal de US\$ 1.232,00.

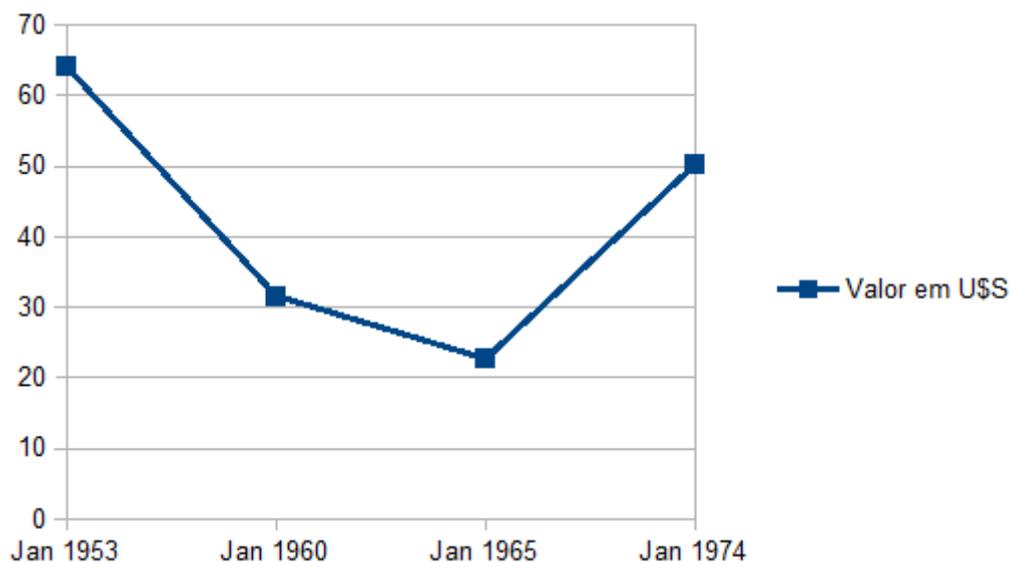


Gráfico 10 - Evolução do salário mínimo no Brasil em US\$.

Fonte: Ipeadata e Banco Central

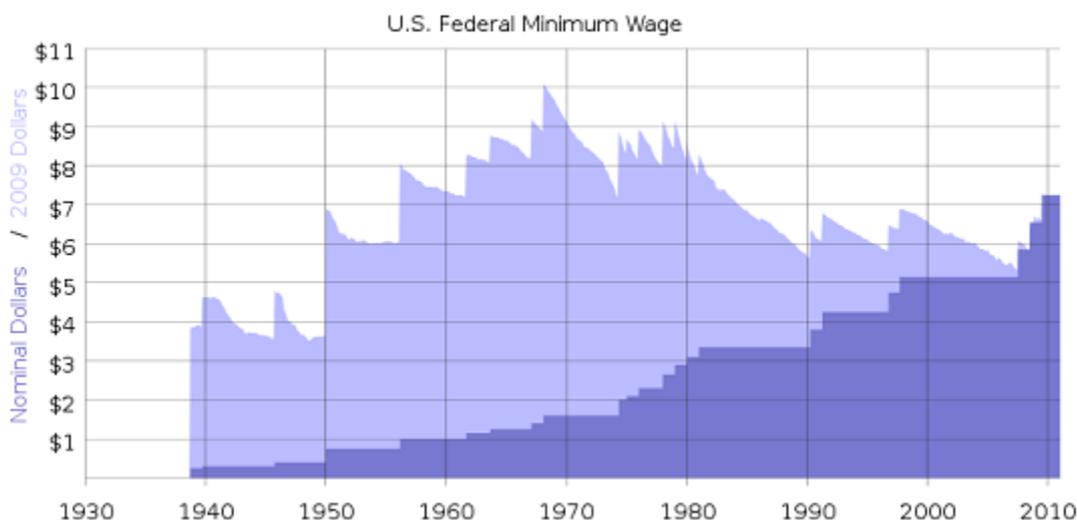


Figura 1 - Evolução do Salário Mínimo nos EUA.
Fonte: Bureau of Labor Statistics – US.

O padrão de industrialização internalizada tem nos anos 50 sua transição a um novo padrão, como já expressamos ao tratar sobre o governo JK, novamente em virtude das alterações das condições externas. É o padrão definido como industrial na fase de integração dos sistemas de produção ao capital estrangeiro, esse novo padrão é marcado pela inserção predominante do capital externo na indústria. Com a retomada do crescimento das economias centrais, em especial os EUA, o Brasil abdica de incrementar a produção de bens de capital, máquinas do Setor I¹³, importando o maquinário obsoleto principalmente dos EUA.

Dessa forma, ocorre uma associação ao capital externo que vai ocasionar uma elevação da transferência de valor, que havia sido atenuada no padrão anterior, através de remessas de lucros e serviços da dívida.

Esse período se aprofundou e caracterizou o regime militar instalado mediante a derrubada do governo de João Goulart que buscava retomar o caráter nacional do projeto desenvolvimentista através das chamadas reformas de base, em 34 de março de 1964 os militares perpetraram o golpe com legitimação institucional do Congresso e Supremo Tribunal Federal.

O golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e num ajuste estratégico com o sistema de poder mundial. “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. A fórmula do General Juracy Magalhães, ministro de relações exteriores do

13 Bens de capital ou bens de produção são os equipamentos, instalações, bens ou serviços necessários para a produção de outros bens ou serviços. <https://www.significados.com.br/bens-de-capital/>

regime militar consolidava esta direção. Por mais que os anos posteriores tenham demonstrado o conflito existente entre os interesses norte-americanos e os interesses do desenvolvimento nacional brasileiro, não foi mais possível romper esta parceria selada com ferro e fogo no assalto ao poder de 1964 (SANTOS, 1998).

A implantação do padrão descrito vem a colapsar com crise da dívida¹⁴. Essa crise aliada a novas mudanças no cenário internacional vai transitar o padrão de reprodução do capital para sua fase atual que se estende desde dos anos 80, o padrão exportador de especialização produtiva.

Sob a égide da ideologia neoliberal, há um regaste do modelo de exploração das vantagens comparativas, cujo resultados práticos são a desindustrialização e a reprimarização da economia brasileira, aprofundando a condição de dependência e suas condicionantes estruturais como a superexploração da força de trabalho.

O jargão publicitário de inserções da Rede Globo que diz: “O agro é pop, o agro é tec, o agro é tudo”. Traduz de forma ideologizada esse modelo de desenvolvimento dependente. É atribuído a uma suposta vocação agrícola a melhor possibilidade de desenvolver a economia, através da intensificação da produção em larga escala de commodities como a soja.

Esse modelo descarta a necessidade de uma reforma agrária e reforça o latifúndio como modelo produtivo, o que impacta fortemente na formação social contemporânea do país e a dinâmica atual da luta de classes e seus desdobramentos políticos.

Pode-se ver na Figura 2 o processo de desindustrialização, a partir de dados do IBGE que foram elaborados em gráfico.

14 Sobre a crise da dívida brasileira o CPDOC da FGV traz o seguinte apanhado: “Após a Segunda Guerra Mundial, o endividamento externo do país passou por duas fases expansivas: a primeira, de mais curta duração, se estendeu de 1953 a 1961 e a segunda, iniciada após um interregno de sete anos, se prolongaria até 1982, diferindo da anterior não só pela distinta natureza da dívida e do próprio sistema financeiro internacional como pelo seu ritmo de crescimento muitas vezes superior. Entretanto, ambos os períodos têm em comum o fato de que os próprios encargos da dívida reforçaram os desequilíbrios do balanço de pagamentos, contribuindo para gerar crises cambiais profundas, seguidas de uma ruptura consubstanciada em renegociações com credores e instituições oficiais internacionais. Também, em ambos os casos, a deterioração do perfil da dívida, com o acúmulo de compromissos de curto prazo, prenunciou a eclosão da crise” <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/divida-externa-2>

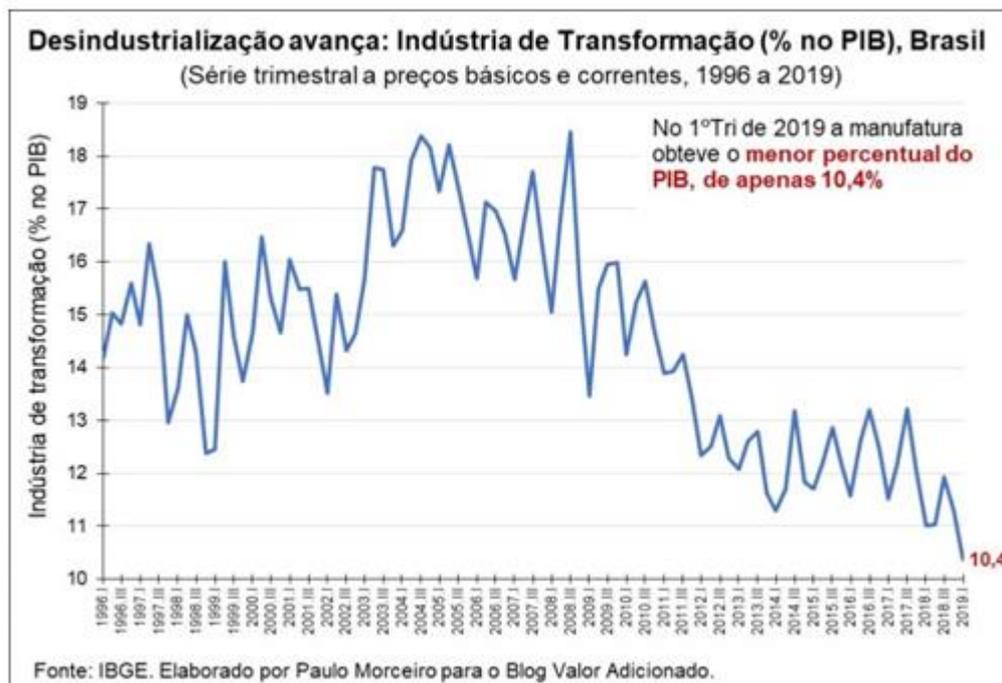


Figura 2 - Participação da Indústria de Transformação no PIB.

Fonte: valoradicionado.wordpress.com

Acompanha esse processo o aumento da participação dos produtos naturais e produtos intensivos de produtos naturais nas exportações brasileiras, que em 1995 era de 48,5% e em 2009 já passava para 64,2%, conforme dados da APEX já mencionados no Quadro 2.

Como pode-se depreender dos dados apresentados os governos de Lula e Dilma não romperam com o padrão atual de reprodução do capital. Embora tenham executado uma política de anti neoliberal no tange ao uso do Estado como indutor da economia e a manutenção de empresas estatais, o processo de desindustrialização e reprimarização da economia teve continuidade.

Foi justamente o peso do modelo primário exportador que permitiu, num contexto externo de valorização do preço das *commodities*, um certo grau de crescimento nos marcos restritos da dependência.

Conforme dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, o óleo bruto de petróleo saltou de menos de 0,35 US\$/Kg em 2009 para mais de 0,7 US\$/Kg em 2012. Já a soja foi de 0,4 US\$/Kg em 2008 para 0,9 US/KG em 2012. O café cru em grão foi de 2,637 US\$/Kg em 2008 a 4,466 em 2011. A carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada foi de 3,264 US\$/Kg em 2009 para 5,083 US\$/Kg em 2011.

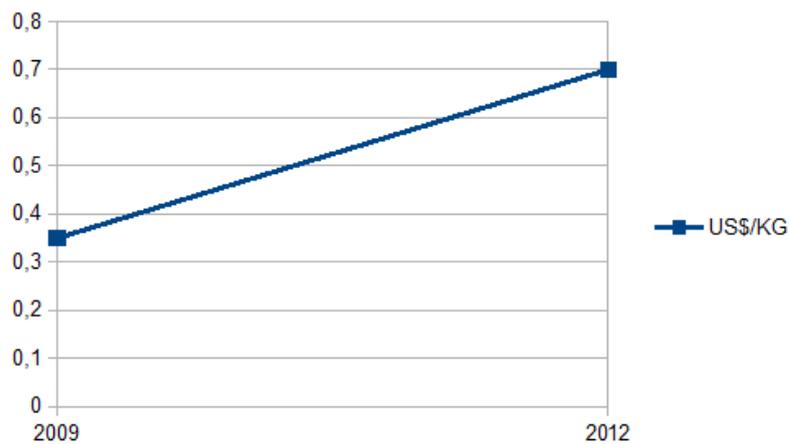


Gráfico 11 - Elevação preço do óleo bruto de petróleo.
Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

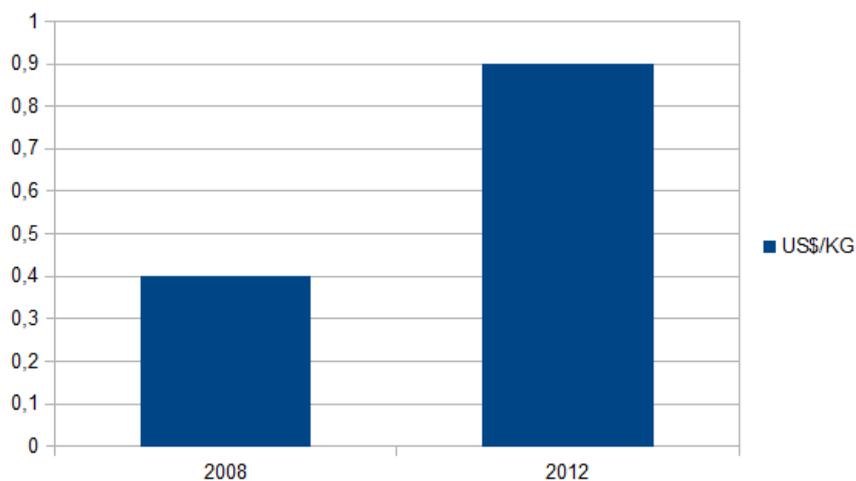


Gráfico 12 - Elevação do preço da soja.
Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC

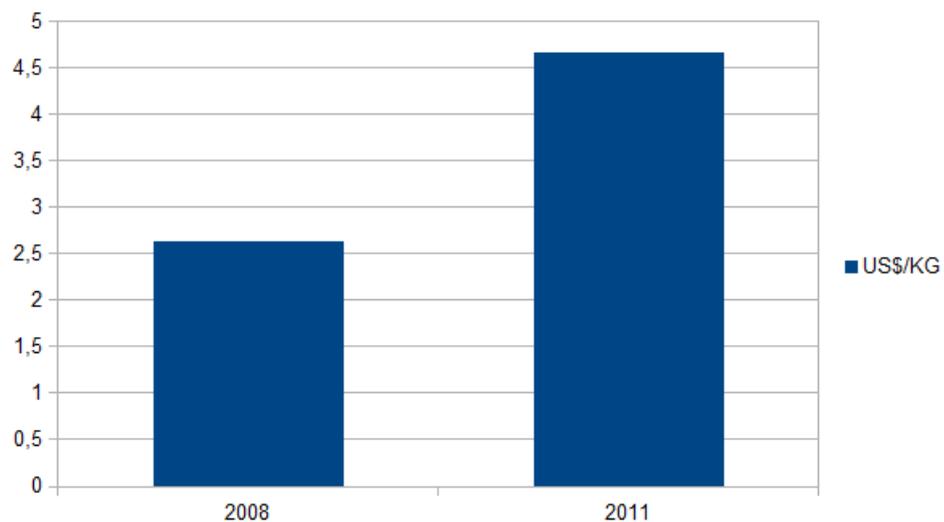


Gráfico 13 - Elevação preço do café cru em grão.
Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC

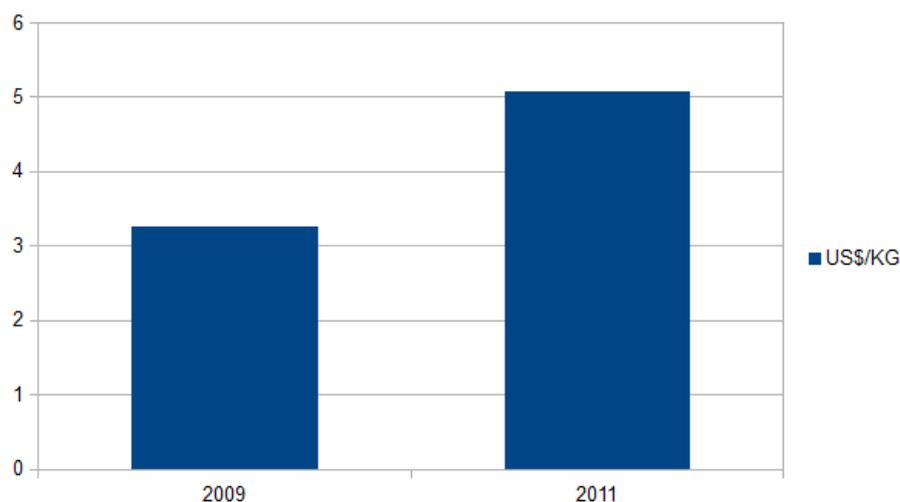


Gráfico 14 - Elevação do preço da carne bovina.
Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

Todos esses produtos constam na relação de principais produtos importados do MDIC. Esse período de elevação dos preços de commodities no mercado mundial aliada a um igual aumento da liquidez internacional, propiciou um aumento da arrecadação estatal durante os governos de Lula e Dilma.

Foi possível investir recursos em programas de compensação como o Bolsa Família, programas de habitação popular, obras de infraestrutura e aumento salário mínimo, que saltou de 58,17 US\$ em 2003 para 191,73 US\$ em 2007.

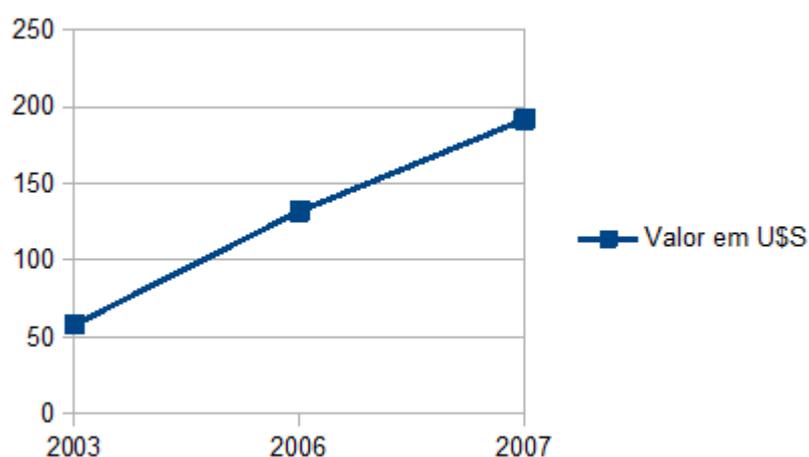


Gráfico 15 - Evolução do Salário Mínimo em US\$.
Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata e Banco Central.

Mas a manutenção do padrão exportador de especialização produtiva e conseqüentemente das condicionantes estruturais da dependência, que são a transferência de valor compensada pela superexploração da força de trabalho, manteve a economia brasileira suscetível a mudanças no quadro externo.

Essas alterações provocaram o esgotamento das taxas de crescimento vividas até então.

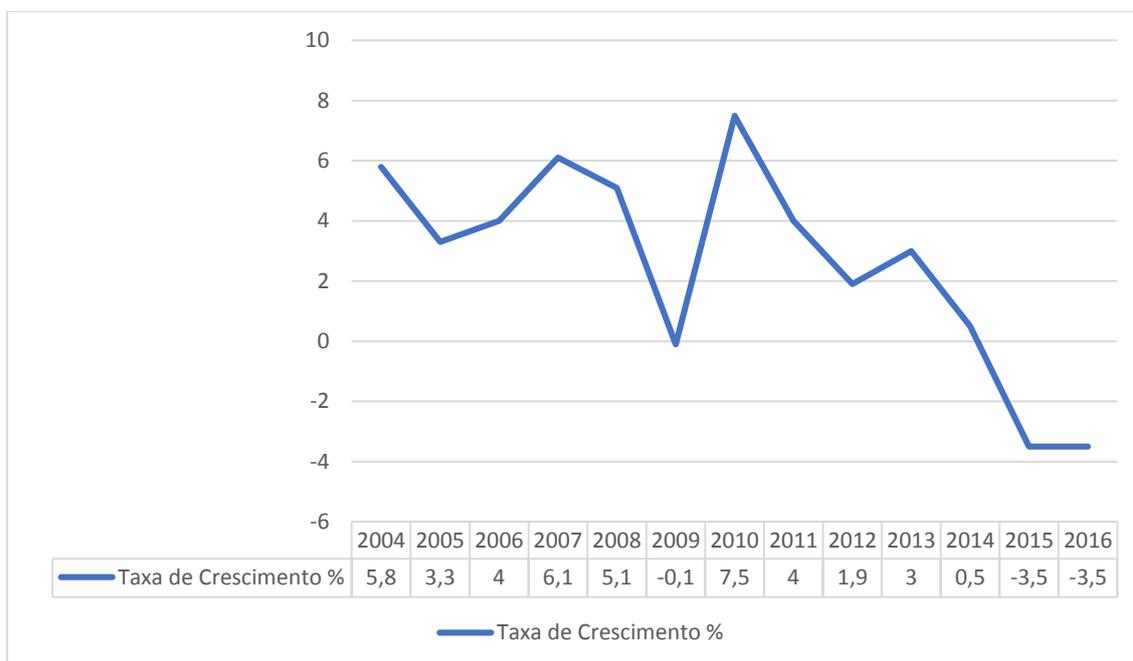


Gráfico 16 - Evolução do PIB.

Fonte: Elaboração própria com dado do IBGE

A estagnação e queda do crescimento levou a uma crise fiscal e a retração dos investimentos públicos, abrindo caminho para a exploração do descontentamento popular contra o governo da então presidente Dilma Rousseff.

A constituição do desenvolvimento histórico da economia brasileira, como exportadora de produtos primários moldou seu processo de industrialização e construiu fatores estruturantes que persistem até hoje, fazendo com que haja um desenvolvimento dependente contemporâneo, o que é indispensável para analisar as conformações da luta de classes e suas expressões no processo político institucional do país.

Como já dito, a dependência condiciona o desenvolvimento da economia brasileira ao desenvolvimento das economias centrais, dessa forma surgem margens estreitas ou mais alargadas para a produção e acumulação de capital. Determinados aspectos conjunturais da economia internacional vão, portanto, viabilizar um melhor ou pior ambiente de crescimento.

No capítulo a seguir aborda-se as alterações das chamadas condicionantes externas da dependência, com base na TMD, que provocaram o impasse do projeto político dos governos petistas.

CAPÍTULO II

A Crise de 2008 e a Alteração das Condiçantes Conjunturais Externas da Dependência

Era quase como se a comunidade bancária tivesse se retirado para a cobertura do capitalismo na qual fabricava uma grande quantidade de dinheiro pelo comércio e endividamento entre os próprios bancos sem qualquer noção do que os trabalhadores que vivem no porão estavam fazendo. Mas quando um par de bancos começou a ter problemas, a confiança entre os bancos erodiu e a liquidez fictícia sobre dívidas desapareceu. O desendividamento começou, o que provocou perdas maciças e desvalorizações do capital dos bancos. Tornou-se então claro para aqueles no porão o que os habitantes da cobertura haviam feito nos últimos vinte anos (HARVEY, 2010).

Assim como os trabalhadores norte americanos vivem no porão do edifício capitalista imperial, os países periféricos vivem nos porões do condomínio capitalista global, e sua condição de dependência tende a os submeterem a possibilidades e desdobramentos políticos decorrentes do que acontece na cobertura.

2.1 A Crise de 2008

A crise econômica global eclodida em 2008 não é propriamente uma novidade no desenvolvimento histórico do sistema capitalista.

A produção e acumulação capitalista tem tido uma característica cíclica de crises, crises que não significam simplesmente um momento de ruptura com o crescimento, mas a própria totalidade do funcionamento da acumulação do capital (CARCANHOLO, 2010).

Em síntese as crises do capitalismo consistem na superprodução de capital, em diversas de suas formas, como mercadoria, modos de produção e dinheiro, criando um excedente que não encontra formas de valorização e manutenção de lucratividade.

Reproduziu-se na Figura abaixo, um gráfico publicado no site *capitalism and crisis*, demonstrativo de períodos de crise do sistema retratados na oscilação das taxas de lucro nos EUA de 1951 a 2018.

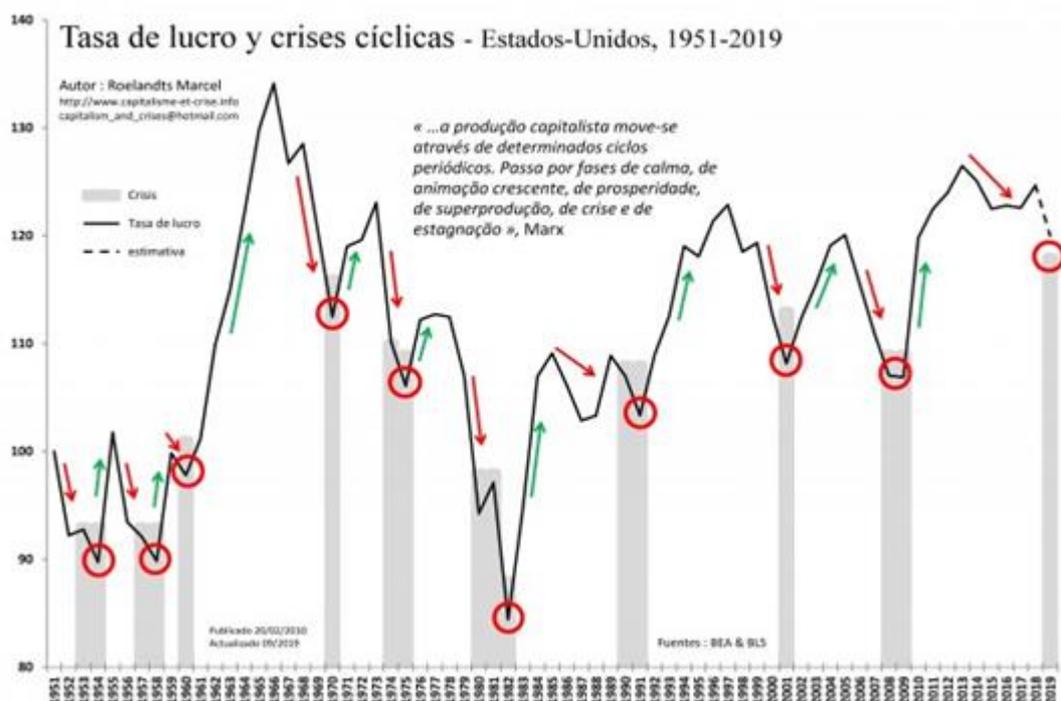


Figura 3 - Evolução da taxa de lucro nos EUA (1951 - 2018).

Fonte: <http://www.capitalism-and-crisis.info/pt/>

As crises da acumulação capitalista são a forma de racionalizar as irracionalidades de seu processo. Nas crises são remodeladas as formas de organização da produção e acumulação. A atual crise econômica mundial foi precedida de um conjunto de ações que buscaram responder a crise anterior. O sistema capitalista teve nos anos 70 uma forte queda das taxas de lucro.

Tradicionalmente a crise dos anos 70 é retratada como resultado dos dois choques do petróleo nos anos de 1973 e 1979, e da desregulamentação do sistema monetário com a desvalorização da moeda americana – o dólar – e a quebra da sua paridade com o ouro.

Tais episódios, no entanto, foram manifestações da crise e não suas determinantes. A queda da manutenção da lucratividade dos capitais super produzidos no período anterior constituíram as razões de mais um ciclo de redução do crescimento no capitalismo mundial.

Antunes (2000) *apud* Carcanholo (2010) elenca características da crise capitalista do início dos anos 70: Forte redução das taxas de lucro, em virtude da elevação do preço da força de trabalho (custo salarial); esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; aumento da concentração de capitais (fusões e aquisições), o que tende a aumentar a pressão sobre a taxa de lucro; crise do Welfare State e, em específico, crise fiscal do Estado;

privatizações, desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos e dos mercados.

No centro da crise dos anos 70 esteve a questão do trabalho, o custo do trabalho estava em crescimento, os salários no EUA e Europa eram elevados e havia forte organização da classe trabalhadora. Reduzir o custo do trabalho e alocar os capitais excedentes para sua valorização formavam a chave para o capitalismo retomar a elevação da lucratividade. Essa resposta se materializou no que se chamou “neoliberalismo”, um receituário que começou a ser aplicado nos anos 70 e se estende até hoje.

Num primeiro momento houve a expansão do capital em busca de trabalho mais barato. O deslocamento de unidades de produção, possibilitadas pelo incremento de tecnologia que também compôs parte do esforço de redução do custo do trabalho, e a absorção de massas migratórias para os EUA e Europa foi um movimento chave nesse processo.

A inovação tecnológica na produção e transporte permitiu que unidades produtivas se espalhassem pelo globo produzindo e montando mercadorias em diversos países. Um carro ou uma televisão podia ser produzida em diversas partes e em locais diferentes e ainda ser montada em outro local, tudo arquitetado de forma a reduzir o custo do trabalho.

Nesse contexto ocorre a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que foi precedida de uma crise durante os anos 80. Após a segunda guerra a URSS expandiu sua influência para satélites que estabeleceram governos sem uma base social sólida contra os quais se colocou uma forte oposição externa. O modelo de socialismo adotado nesse chamado bloco soviético foi resultado de um desenvolvimento planejado, mas que estava condicionado por forças materiais e ideológicas externas muito superiores (SANTOS, 1998).

As dificuldades econômicas decorrentes da queda do preço de commodities exportadas pela URSS eram agravadas pela necessidade de um enorme esforço militar para fazer frente a guerra fria promovida pelos Estados Unidos, além dos efeitos desastrosos da guerra do Afeganistão (1979-1989). Nos anos 80 a URSS é obrigada a refluir seu esforço militar e dá-se curso a um projeto de reestruturação liderado por Mikhail Gorbachev, o qual incluía uma reforma política, a “*Glasnot*” e econômica, a “*Perestroika*”. Essas reformas acabam por desestabilizar o poder centralizado do governo Soviético levando a dissolução da URSS em 1991, esse evento foi precedido

em seus satélites pela reunificação alemã em 1990 e reformas políticas na Hungria e Polônia em 1989.

A derrocada da URSS e seus satélites no leste europeu e mais o ingresso da China na dinâmica de acumulação capitalista global colocou à disposição mais de 2 bilhões de novos trabalhadores (HARVEY, 2010). Essa expansão do capital em busca de trabalho barato levou a uma inserção das mulheres no proletariado mundial e a desconstituição de formas tradicionais de produção agrária.

Na Figura 4 abaixo mostra-se um exemplo claro do aumento da imigração para os Estados Unidos da América a partir dos anos 70.

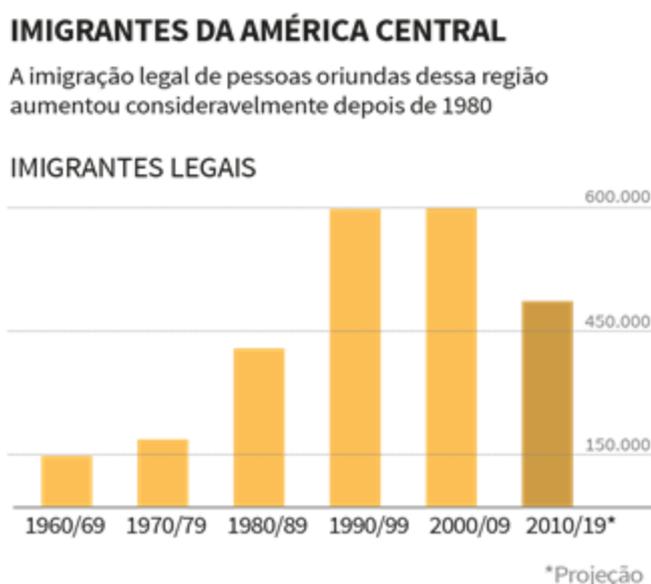


Figura 4 - Crescimento da imigração oriunda da América Central para os EUA.
Fonte: Douglas Masey/Mexican Migration Project.

Outro mecanismo fundamental de resposta a crise foi a valorização dos capitais excedentes produzidos. A ampliação dos mercados via pressão pela abertura comercial dos países foi uma das formas de valorizar os excedentes.

O investimento massivo em forma de empréstimos a países da periferia foi outro. Enormes excedentes de capital dos países do golfo em virtude dos aumentos dos preços do petróleo foram transformados via mercado financeiro em empréstimos, pavimentando o caminho para a crise da dívida dos anos 80.

Na mesma toada as privatizações de empresas e serviços públicos ao redor do mundo deram vazão a capitais excedentes. Assim como a abertura dos mercados, as privatizações formam objeto de intensa campanha ideológica que intoxicou diversas sociedades mundo a fora. Vendeu-se a ideia da ineficiência das empresas estatais e

dos serviços prestados pelos órgãos públicos. Sem nenhuma comprovação que sustentasse uma generalização de avaliação da eficiência estatal as privatizações foram empurradas como “santo graal” de desenvolvimento econômico.

Em toda América Central ocorreram programas de concessão dos serviços públicos, na primeira metade dos anos 80 foram privatizadas 227 empresas estatais em toda a África. O Reino Unido privatizou as ferrovias e a água nos anos 70, o Chile foi precursor da privatização da água, Argentina, Tailândia e Índia estão entre os países que privatizaram as empresas de óleo e gás. O Brasil privatizou a telefonia, extração de minérios, beneficiamento de aço e diversos serviços. O México privatizou as telecomunicações no início dos anos 90.

Muitas fortunas surgiram ou ampliaram-se nesse processo de apropriação de valor por parte de capitalistas ao redor do mundo, e assistimos uma crescente monopolização do controle das atividades relacionadas as privatizações. Conforme Harvey (2010), o mexicano Carlos Slim Helú foi catapultado ao posto de 3º homem mais rico do mundo em 2009, fruto da já citada privatização mexicana das telecomunicações.

Em 2012 foi divulgada pesquisa da *Wireless Intelligence* que mostrava que somente vinte empresas dominavam praticamente a totalidade do mercado de telefonia, como pode se observar na Figura 5.

Rank	Operator-group	Connections (millions) ¹	YoY Growth, connections	YoY Growth, rank	Mobile Revenue (US\$ billion)
1	China Mobile	683.08	11%	-	22.05
2	Vodafone Group	386.88	5%	-	13.92
3	América Móvil Group	251.83	7%	-	7.98
4	Bharti Airtel Group	250.04	13%	+1	3.04
5	Telefónica Group	243.51	7%	-1	11.40
6	China Unicom	219.25	21%	+1	4.95
7	VimpelCom Group ²	205.05	7%	-1	4.58
8	Reliance Communications	154.60	8%	-	0.48
9	Telenor Group	152.74	24%	-	2.55
10	China Telecom	144.18	33%	+2	3.37
11	MTN Group	136.59	14%	-1	3.85
12	France Telecom Group	133.38	57%	+9	7.18
13	Telkomsel Group	117.24	15%	+2	1.43
14	Idea Cellular	117.16	23%	+3	1.00
15	Sistema Group ³	114.51	3%	-4	2.54
16	Verizon Wireless	111.37	5%	-3	15.78
17	Deutsche Telekom Group	107.86	2%	-3	8.38
18	AT&T	105.21	7%	-2	14.77
19	Telecom Italia	101.10	16%	+1	4.10
20	BSNL	98.28	5%	-2	0.44

Figura 5 - Quadro das maiores empresas de telefonia do mundo.
Fonte: Wireless Intelligence/2012.

Redução do custo do trabalho, o que significa aumento da taxa de mais valia, valorização do excedente de capital produzido com abertura comercial, empréstimos e privatizações compuseram a resposta à crise de superprodução dos anos 70. Nesse quadro uma questão se impôs: Com a redução dos salários e rendimentos da classe trabalhadora como seria sustentado o consumo das mercadorias produzidas e consequente realização de valor do capital?

É aí que entra a indústria do cartão de crédito no jogo. O endividamento médio das famílias nos Estados Unidos, considerando as hipotecas imobiliárias, era de cerca de 40 mil dólares em 1980 e na primeira década do século XXI já é de 130 mil dólares (HARVEY, 2010).

Se o ataque ao trabalho foi um dos alicerces dessa resposta a liberalização dos mercados foi outro. Essa abertura dos mercados financeiros buscou facilitar o incremento e expansão do capital fictício. O capital fictício não é o mero capital a juros, é a complexificação da autonomia do capital que tem sua primeira etapa no capital a juros. O capital fictício é um capital autônomo do processo real de produção de valor, se constitui em títulos futuros que serão realizados por um capital que não foi ainda produzido.

Ele foi fundamental para responder a crise dos anos 70 por propiciar uma maior velocidade da rotação do capital e assim ampliar as taxas de lucro. No entanto a autonomia absoluta do capital fictício em relação a produção real não é realizável o que gera uma crise no processo de acumulação. A saída da crise dos anos 70 esteve baseada na inovação e ampliação da massa de valor em forma de capital fictício e isso gerou as bases da crise atual.

É no mercado imobiliário americano que vai se deflagrar a crise atual da acumulação capitalista. A expansão do crédito, necessária devido a redução do poder dos salários, vai se constituir em expansão do capital fictício.

A criação de um vasto mercado de hipotecas *subprimes*, empréstimos imobiliários para famílias sem renda suficiente para arcar com os mesmos, foi responsável pela eclosão da crise. As instituições financeiras criavam a demanda financiando as construtoras e controlavam o consumo financiando e refinanciando os imóveis. O risco de inadimplência foi mascarado com a criação do mercado de securitização dessas hipotecas, dessa forma os créditos sumiam da contabilidade dos bancos e se diluíam em derivativos.

Chegou-se ao ponto em que de conforme Harvey (2010, p. 26): “Os investidores puderam investir em derivativos de ativos e, finalmente, até mesmo em derivativos de contratos de seguros de derivativos de ativos”.

As famílias tomadoras de empréstimos eram beneficiadas com a valorização dos imóveis, assim elas refinanciavam continuamente suas dívidas. Se tinham uma hipoteca de US\$ 100.000 e seu imóvel passava a valer US\$ 150.000 podiam sacar mais US\$ 50.000 e assim adimplir déficits no pagamento da própria hipoteca ou mesmo comprar novos imóveis e assim se valorizava mais o mercado de imóveis numa roda especulativa.

Em 2005 o Federal Reserve (FED) aumenta a taxa de juros nos EUA para conter um risco inflacionário, o que provoca redução do valor dos imóveis e aumento das hipotecas que estavam vinculadas a taxa de juros ajustáveis.

A partir daí começa o surto de inadimplência e despejos. Em período anterior já havia problemas de inadimplência especialmente em com famílias afrodescendentes, mas não se considerou esses efeitos pela discriminação de seus atores, é só em 2007 quando famílias de classe média branca começam a ser despejadas que se acende um sinal de alerta.

Tarde demais, a inadimplência se alastra, e o sistema financeiro, agora globalmente integrado como uma das respostas a crise anterior, colapsa. A integração dos mercados e do sistema financeiro propiciou a aceleração da rotação do capital com lastro no capital fictício, isso gerou uma “inundação de liquidez”, mas essa ascensão pós crise de 70 chegava ao fim.

A arquitetura do sistema financeiro levou uma crise de crédito a condição de uma crise sistêmica.

Em resumo, o fio condutor a crise de 2008 está ligada as “soluções” da crise dos anos 70, frente a qual houve um crescimento dos mercados, em especial o mercado financeiro, como forma de valorização dos capitais excedentes, criando uma grande liquidez e rotatividade ao capital, propiciando o financiamento de atividades produtivas, dando oxigênio ao sistema.

Essa liquidez resultou em investimento nas economias periféricas, o Brasil atraiu capitais para seu setor produtivo e para refinanciamento de suas contas externas, pode então crescer na esteira das medidas das economias centrais frente ao período adverso da economia mundial, a base desses investimentos, mas comprometeu sua soberania a uma ditadura da dívida.

A partir dos anos 80 há a explosão das dívidas de países como o Brasil, pedidos de moratórias abalam os mercados financeiros criando efeitos em cascata e refluindo a liquidez internacional. Nesse quadro de baixa liquidez os países periféricos provem recessões e controles inflacionários para alcançar superávits através de estratégias voltadas as exportações para poderem arcar com os serviços da dívida.

Faz-se a reestruturação das dívidas, elas são transformadas em títulos, isso eleva novamente a liquidez internacional baseada em capital fictício, é o período da década de 90, onde os programas neoliberais levaram os países periféricos a crescer menos que nos anos 80.

Mais à frente esse aumento de liquidez leva a queda dos juros no mercado internacional, criando um cenário positivo as economias dependentes, visto que, juntamente com a possibilidade de investimentos externos e juros mais baixos, o crescimento da economia mundial provoca um aumento da demanda por produtos primários exportados por essas economias, bem como uma elevação dos preços dos mesmos.

O aumento das exportações e divisas advindas delas devido à alta dos preços foi, como dissemos resultado do crescimento da economia mundial. No Gráfico 17 abaixo observa-se a curva positiva de crescimento econômico desse período.

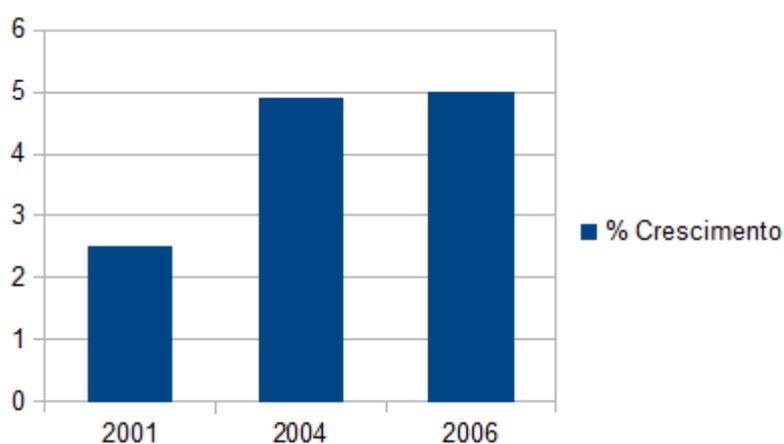


Gráfico 17 - Crescimento da Economia Mundial.

Fonte: Elaboração própria com dados de Carcanholo (2010).

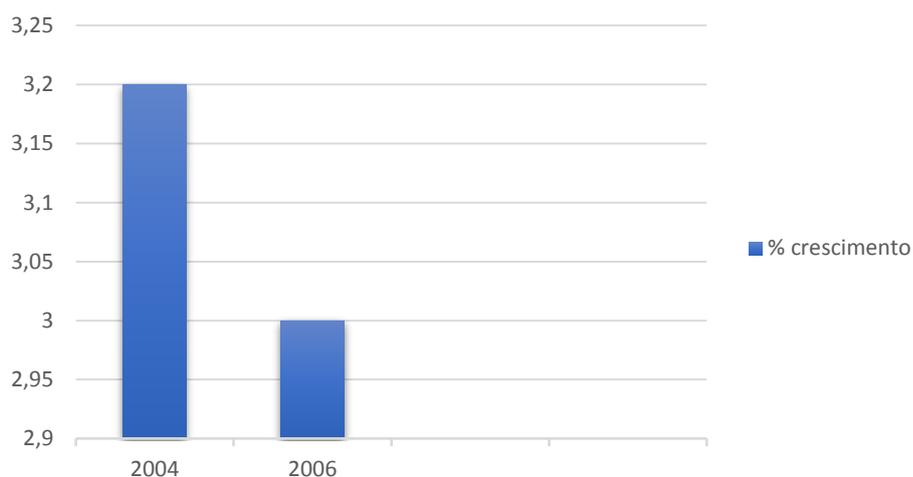


Gráfico 18 - Crescimento Países Centrais.

Fonte: Elaboração própria com dados de Carcanholo (2010).

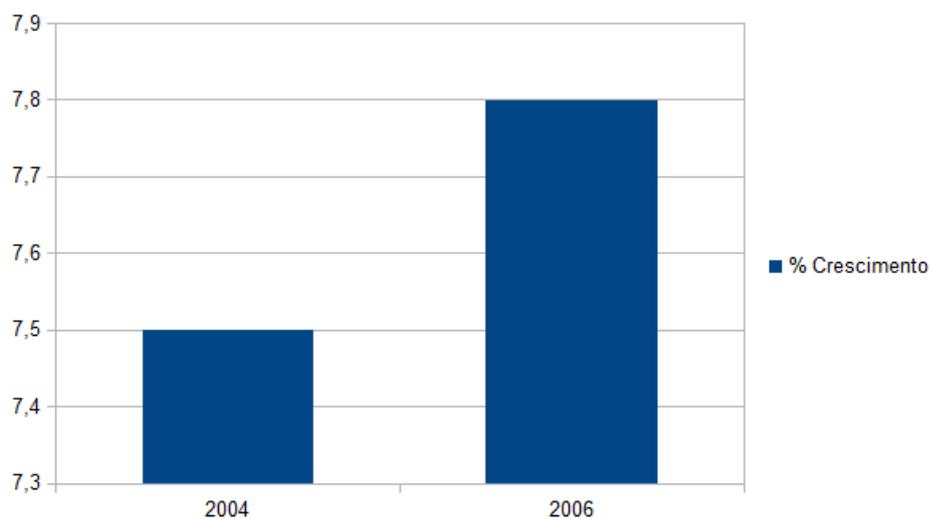


Gráfico 119 - Crescimento Países em Desenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria com dados de Carcanholo (2010).

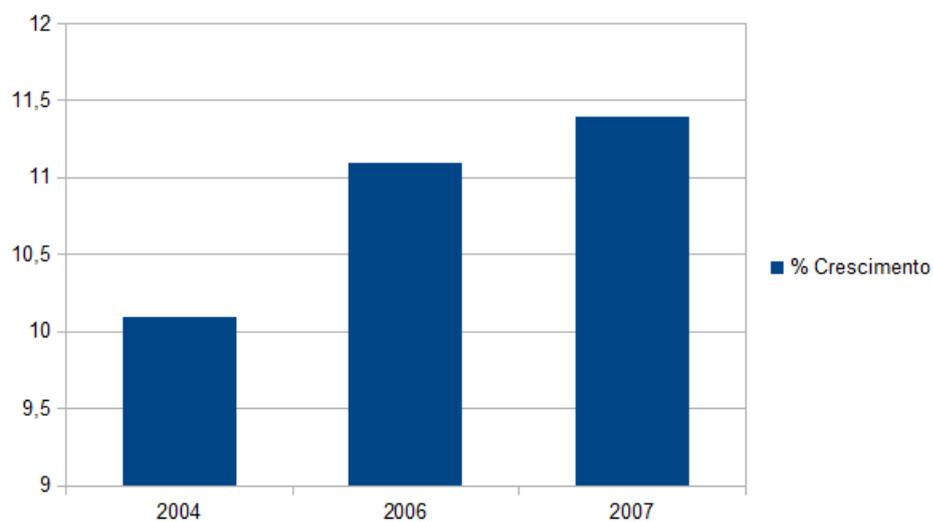


Gráfico 20 - Crescimento da China.

Fonte: Elaboração própria com dados de Carcanholo (2010).

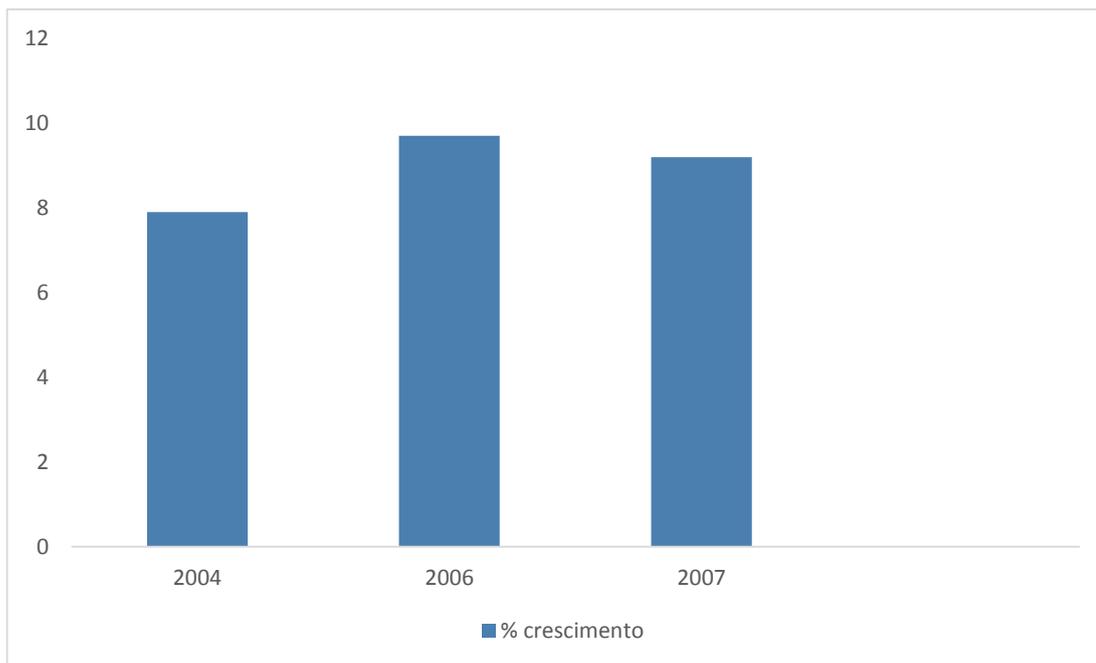


Gráfico 21 - Crescimento da Índia.

Fonte: Elaboração própria com dados de Carcanholo (2010).

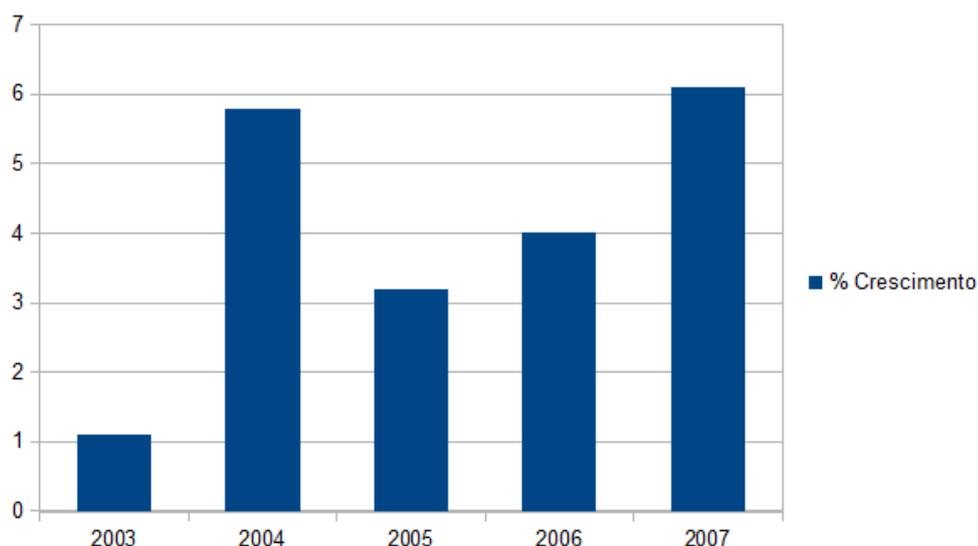


Gráfico 22 - Crescimento do Brasil.

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Esse cenário de crescimento das economias periféricas baseadas nas condições externas favoráveis entra em descenso a partir da crise de 2008, visto que são economias dependentes, estão condicionadas a dinâmica geral da economia mundial.

A crise se originou nas hipotecas *subprimes*, por serem elas os ativos nos quais se constituiu a massa de capital fictício que deu liquidez ao período, permitindo a recuperação da estagnação anterior. De certa forma foi um superdimensionamento

da chamada bolha “ponto com” que na década de 90 se caracterizou pela valorização de ações das empresas de comunicação em uma escala altamente especulativa e “estourou” provocando um abalo na economia mundial naquele período.

Como já expressei, essas hipotecas foram securitizadas dando expansão ao capital fictício no mercado financeiro ao redor do mundo. Através de uma valorização especulativa do preço dos imóveis se criava um ciclo virtuoso em que os devedores refinanciavam continuamente seus débitos e assim se criava uma bolha que estourou com a elevação dos juros e conseqüente queda do preço dos imóveis que levaram a inadimplência e descrédito das operações em um efeito cascata mundial.

Os credores tiveram as garantias de seus ativos desvalorizadas e precisaram vendê-los para saldar seus próprios débitos, a venda dos ativos os desvaloriza e provoca mais aumento dos juros bancários reduzindo ainda mais o preço dos imóveis realimentando a crise, cuja conseqüência é a redução da disponibilidade de crédito e baixa da liquidez internacional.

Resultado da crise dos anos 70, é a valorização do capital fictício sobre acumulada que provoca a crise de 2008. Caberia então a desvalorização desses títulos futuros para os quais ainda não há produção real de valor, isso implicaria na quebra dos bancos o que é vendido como não possível pelo sistema. Optou-se então por garantir a realização desses capitais, para o que se ampliou as dívidas públicas, meio de aumentar a transferência de mais valia. Essa ampliação das dívidas públicas levou mais tarde a um aprofundamento ainda maior da crise.

Outra forma de responder a crise, buscando garantir a realização de valor do capital fictício sobre acumulado foi o aumento da exploração do trabalho, elemento ao que nos dedicaremos no próximo capítulo na busca sobre sua relação com o golpe de 2016 no Brasil. A retração da economia mundial levou a queda dos preços dos produtos primários e bens exportados por economias como a do Brasil, que no início da crise se considerou, como outros países imunes.

Essa queda compõe elemento importante para análise desse trabalho, e será tratada a seguir ao ser apresentado as alterações externas no contexto da economia mundial.

2.2 A alteração dos condicionantes conjunturais externos da dependência

A condição de dependência da economia brasileira tratada anteriormente submete sua expansão ou retração a dinâmica das economias centrais que detém maior produtividade do trabalho intra setores e entre os diferentes setores da produção.

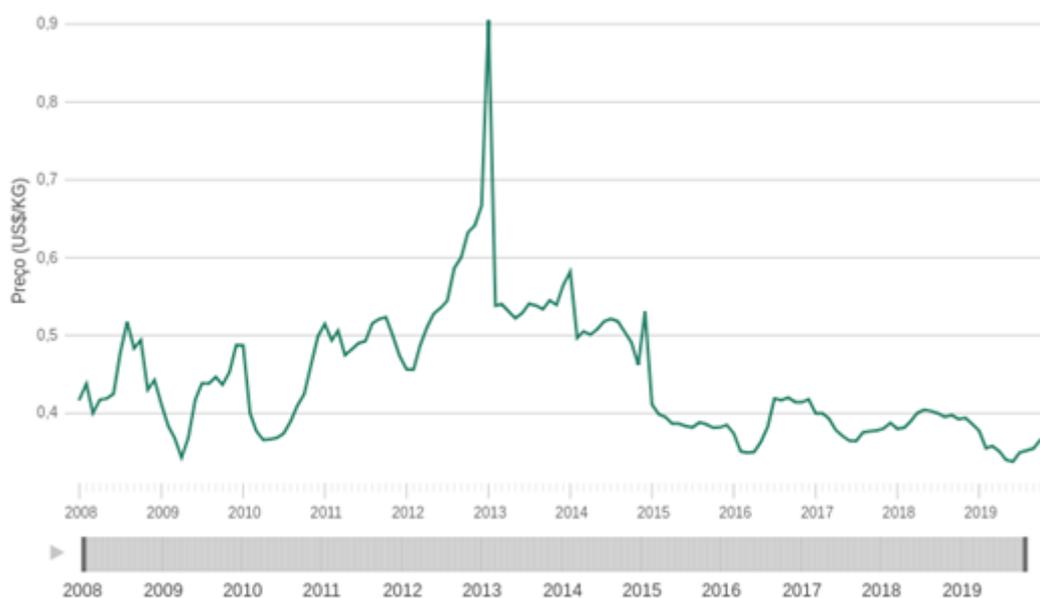
Dois elementos conjunturais são determinantes para constituição de cenários positivos ou negativos às economias dependentes:

I - A chamada liquidez internacional, ou seja, a disponibilidade de crédito disponível no cenário internacional que possa ser atraído para financiar as contas externas e os juros que são usados para justamente atrair esses capitais; e

II – O mercado disponível para os produtos exportados pela economia dependente, do que depende a realização do valor da sua produção. Esse mercado é condicionado ao crescimento da economia mundial, sendo ela, então, a segunda condicionante conjuntural externa da dependência.

Cabe, então, investigar a luz da crise de 2008 a alteração desses condicionantes externos para a economia brasileira.

Como apresentado com base em dados da APEX, a exportação de produtos naturais e produtos intensivos de produtos naturais é o componente majoritário nas exportações do Brasil. Nas Figuras a seguir reproduz-se gráficos do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, demonstrativos da evolução dos preços dos principais produtos exportados pelo Brasil.



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Figura 6 - Evolução de preço da soja mesmo triturada.
Fonte: MDI.



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Figura 7 - Evolução do preço do Óleo Bruto de Petróleo.
Fonte: MDIC.



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Figura 8 - Evolução do preço da carne bovina congelada, fresca ou refrigerada.
Fonte: MDI.



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Figura 9 - Evolução do preço do minério de ferro e seus concentrados.
Fonte: MDIC.



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Figura 10 - Evolução do preço da Celulose.
Fonte: MDI.



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Figura 11 - Evolução do preço da carne de frango congelada, fresca ou refrig. incl. miúdos.
Fonte: MDIC.



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Figura 12 - Evolução do preço do milho em grãos.
Fonte: MDIC.

Pode-se notar a brutal oscilação negativa dos preços desses produtos em especial entre 2008 e 2009, após há uma retomada dos valores que voltam em geral a despencar a partir de 2013 e vão ter em 2016 picos de decréscimo.

A alteração dessa condicionante externa da economia dependente brasileira vai impactar seu desenvolvimento e crescimento como pode-se observar nas Figuras e Gráficos a seguir.

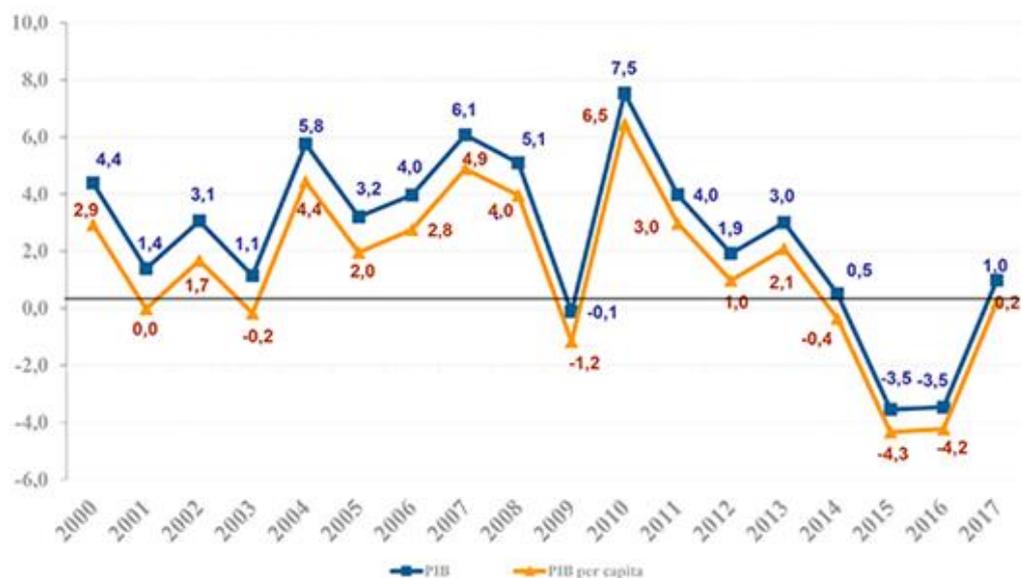


Figura 13 - Evolução do PIB brasileiro.
Fonte: IBGE

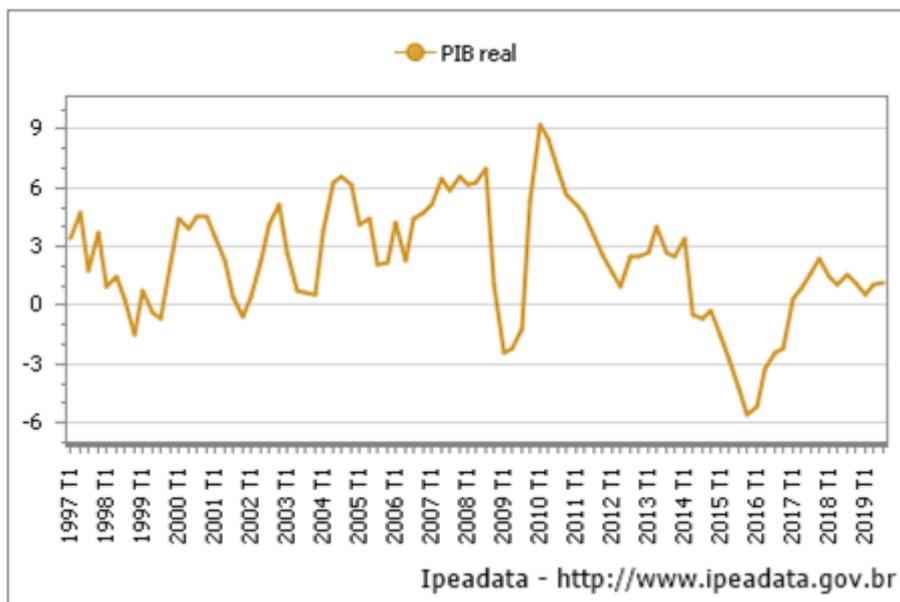


Figura 14 - Evolução do PIB real do Brasil.
Fonte: IPEA

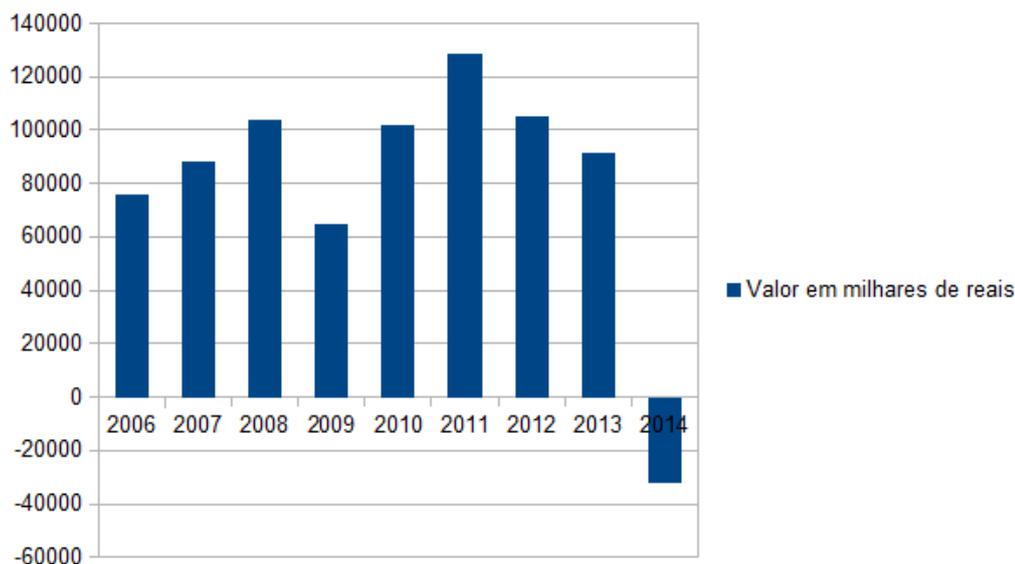


Gráfico 23 - Evolução das contas públicas do Brasil.
Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central.

Note-se que os indicadores de crescimento e finanças públicas acompanham em regra as curvas de oscilação dos preços dos principais produtos exportados.

A condição de dependência da economia brasileira a submete as alterações dos condicionantes conjunturais externos ocorridas na economia mundial. Portanto, constatada essas alterações, buscaremos agora verificar se os eventos políticos ocorridos em 2016 resultaram em medidas que fizeram corresponder a essas

alterações conjunturais externas a mudanças no quadro das condicionantes estruturais da dependência. É o que se trata no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

O Golpe de 2016, o Governo Temer e o Aprofundamento dos Condicionantes Estruturais da Dependência

3.1 O Golpe

O Partido dos Trabalhadores ocupou a presidência da república com Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2006 sendo reeleito nesse ano a um novo mandato até 2010 e com Dilma Rousseff de 2011 a 2014 sendo reeleita a um novo mandato nesse ano que durou até 12 de maio de 2016.

Em 12 de maio de 2016 o Senado Federal por 55 votos favoráveis e 22 contrários aprovou a abertura do processo de impeachment, com essa medida Dilma Rousseff foi afastada do cargo até a conclusão do processo que se deu em 31 de agosto com a aprovação do pedido de impeachment também pelo Senado Federal por 61 votos a 20.

Conforme referido na introdução, esse período dos governos do PT não alteraram a condição de dependência de nossa formação sócio econômica. A dinâmica de articulação da transferência de valor através das trocas desiguais e outros mecanismos como a dívida, com a compensação através da superexploração da força de trabalho permaneceu.

Houve nesse período até a crise econômica mundial de 2008 uma condição favorável das condicionantes externas da dependência, que são a condição de crescimento da economia mundial que estabelece a constituição de mercados para os produtos exportados e a disponibilidade de crédito internacional.

Mesmo não realizando uma ruptura ou transição a um modelo alternativo à condição de dependência, os governos de Lula e Dilma aproveitaram o cenário externo favorável para realizar políticas anti neoliberais, estancando as privatizações e suavizando a superexploração da força de trabalho (CARCANHOLO, 2010), além de democratizar o acesso ao capital cultural, através da abertura de vagas nas universidades públicas e privadas para estudantes advindos das classes populares (SOUZA, 2016). No entanto, não se operou a reversão da política neoliberal de liberalização e abertura dos principais mercados.

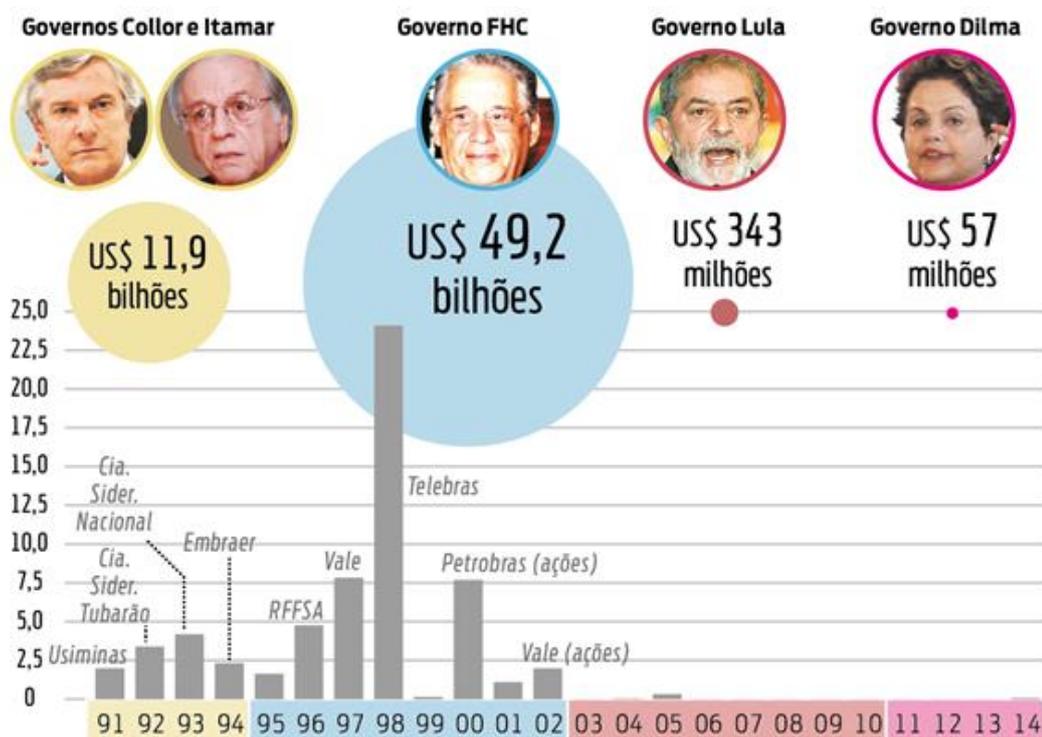


Figura 15 - Privatizações Federais por ano, em US\$ bilhões.

Fonte: Gazeta do Povo (2016).

As privatizações durante os governos de Lula e Dilma se restringiram fundamentalmente a concessões de rodovias federais. Ainda, segundo o site do Partido dos Trabalhadores o governo Lula promoveu um aumento de 155% no valor do salário mínimo sendo 53,6% de ganho real.

Essa postura dos governos do PT estava inserida em uma estratégia de redirecionar o excedente produzido no país para uma nova composição de apropriação que permitisse a redução das taxas de juros abaixo da taxa de lucro do capital produtivo, incentivando a reprodução ampliada do capital (CARCANHOLO, 2016). Essa estratégia, tida por alguns de “neodesenvolvimentismo” deveria garantir um desenvolvimento sustentável. Não ocorreu a reversão das reformas estruturais liberalizantes do período duro do neoliberalismo da década de 90.

Na Figura 18, conforme matéria do jornal Folha de São Paulo de 22 de outubro de 2017, é observado os efeitos negativos aos salários e empregos provocados pelas reformas liberalizantes, a matéria retrata pesquisa dos economistas Rafael Dix Carneiro, da Universidade de Duke, e de Brian K. Kovak, da Carnegie Mellon. Esses efeitos se estendem da década de 90 até o período dos governos petistas.

PORTAS ABERTAS

Efeitos da abertura comercial, no início dos anos 1990, sobre o mercado de trabalho

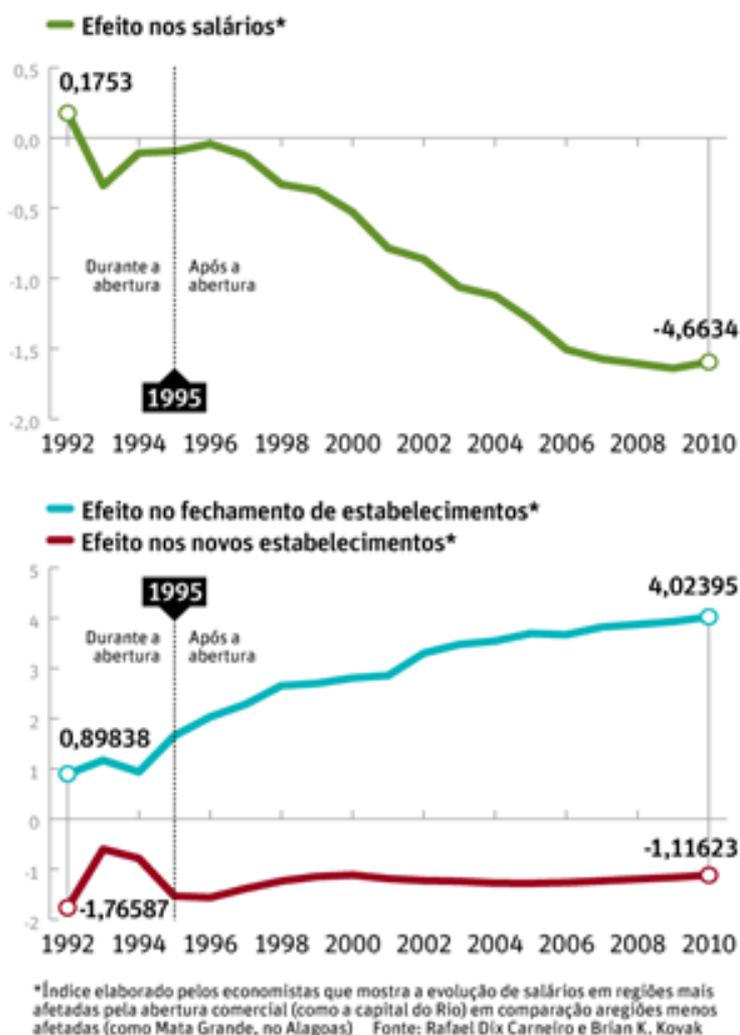


Figura 16 - Efeitos da abertura comercial de 1992 a 2010.
Fonte: Folha de São Paulo (2017).

O padrão dependente de reprodução do capital vigente, qual seja, o padrão exportador de especialização produtiva se mantém nesse período, como observa-se nos dados trazidos nesse trabalho quanto a desindustrialização da economia brasileira e o aumento dos produtos naturais e intensivos em produtos naturais no total das exportações.

Alternativas a política “neodesenvolvimentista” dos governos do PT, que rompessem com as reformas neoliberais não são objeto desse trabalho, mas podem ser encontradas nos trabalhos de autores contemporâneos da TMD, como os aqui referenciados Carcanholo; Luce; Martins.

Voltando ao cenário positivo das condicionantes conjunturais externas da dependência, ele propiciou uma maior rentabilidade do capital e um grande aumento da arrecadação estatal que foi utilizado pelos governos do PT para implementação de programas sociais que reduziram mazelas oriundas da superexploração da força de trabalho. No Quadro 3 abaixo uma síntese selecionada de ações governamentais que demonstram os investimentos referidos acima.

Áreas e Programas	Dados		
Educação	Períodos comparados	2002	2015-2016
	Nº de matrículas no Ensino Superior	3,4 milhões	8 milhões
	Universidades	45 e 148 campi	65 e 327 campi
	Ensino Técnico	140 campi	38 IFET's e 600 campi
	Dados		
	Aumento de 206% do orçamento em educação em 2015 em relação a 2002	R\$ 54 bilhões acima do piso constitucional investidos durante o Governo Dilma	Crescimento de 84,7% das matrículas no ensino infantil
População Rural: Luz pra Todos Água pra Todos	Períodos comparados	2001	2016
	Residências ligadas a rede elétrica	78%	97%
	Residências com abastecimento de água	53%	74%
Habitação	Períodos comparados	2000	2016
	Déficit de unidades habitacionais	7,2 milhões	2,7 milhões
Bolsa Família	13,9 milhões de famílias beneficiadas com 17 milhões de crianças e adolescentes com acompanhamento escolar e 9 milhões com acompanhamento nas UBS, tendo ocorrido redução de 58% de desnutrição e 46% de diarreia		
Programa de Aceleração do Crescimento/PAC	37 leilões de energia e 57 mil Km de novas linhas de transmissão	23,3 mil Km de rodovias recuperadas e/ou duplicadas	10 mil km de ferrovias construídas
Expansão do Crédito	Períodos comparados	2003	2015
	Crédito disponibilizado	24,7% do PIB	54,5% do PIB

Quadro 3 - Demonstrativo de investimentos estatais nos governos Lula e Dilma.

Fonte: Elaboração própria com dados em MERCADANTE; MARCELO (2018).

Com a alteração desses condicionantes, como demonstrado no capítulo anterior, a estratégia política de conciliação de classes entra em crise. Não é mais possível manter rentabilidade aos capitais produtivo e especialmente o fictício e ao

mesmo tempo manter a destinação de recursos para amainar as demandas sociais derivadas da forma de acumulação.

Nesse contexto começa a se gestar o golpe. Nunca foi palatável a elite econômica e social brasileira, ou seja, os banqueiros, latifundiários, capitães da indústria, monopolista do comércio e das comunicações, a situação de um governo dirigido por ex-dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda, integrantes de movimentos camponeses, católicos progressistas, enfim representantes do povo.

Esse incomodo, ou até mesmo ojeriza, da elite brasileira, que é reconhecido e ampliado pelas classes médias, encontra seu fundamento sociológico na formação social baseada na escravidão. O Brasil não é produto de Portugal, mas da escravidão (SOUZA, 2017)

Tal incomodo levou já em 2005 a um ensaio de golpe, no chamado “escândalo do mensalão”. Violando princípios da Constituição brasileira, o Supremo Tribunal Federal julgou e condenou o principal ministro – Chefe da Casa Civil - do Governo Lula, o então Deputado Federal José Dirceu.

Casara (2017) *apud* Yarochevsky (2017) apontou:

[...] o Mensalão foi a resposta possível da elite brasileira à vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores, enquanto outros foram levados a imaginar que com esse processo se iniciava a moralização da vida política-partidária. Essas hipóteses, no entanto, estão longe de revelar o que representou a AP 470 no movimento de superação do Estado Democrático de Direito no Brasil.

José Dirceu, liderança marcante na história do PT foi um de seus fundadores e presidiu o partido no ano da eleição de Lula na qual foi coordenador, além de se reeleger deputado federal no mesmo ano com 556,563 votos, sendo a época o segundo mais votado do Brasil.

Em 30 de março de 2006 foi denunciado pela Procuradoria Geral da República na Ação Penal 470, sob a acusação de ser o mentor do chamado “esquema do mensalão”, que atribuía ao governo do PT a prática de pagar uma mesada a parlamentares em troca de apoio político, o que nunca ficou demonstrado (YAROCHEWSKY, 2017).

Em novembro de 2012, José Dirceu foi condenado por corrupção ativa, sem provas para condená-lo foi utilizado um princípio chamado “domínio do fato”, pelo qual se deduz que um determinado crime não poderia ter ocorrido sem o conhecimento e participação do réu.

[...] desenvolvida pelo jurista alemão Claus Roxin em obra elaborada para obtenção da Cátedra de Direito Penal da Universidade de Munique, intitulada “Autoria e Domínio do Fato no Direito Penal”, publicada pela primeira vez na Alemanha em 1963 e que serviu de base para a condenação do ex-ministro foi tomada de forma equivocada. Não foi sem razão, que o próprio Roxin, criticou a má utilização da referida teoria no Brasil, principalmente, para obtenção de condenações absurdas e injustas (YAROCHEWSKY, 2017).

O processo do “mensalão” ensaiou a ruptura dos preceitos constitucionais do estado democrático de direito liberal, e buscou desestabilizar e derrubar o governo, mas não encontrou uma base social disposta a isso.

Após a crise de 2008 o governo Lula aplicou uma série de políticas chamadas “anticíclicas”, que buscaram reverter os efeitos da crise econômica internacional no Brasil. Foram destinados recursos vultuosos do orçamento público para o Programa de Aceleração do Crescimento, que aliado a uma estabilização dos preços das commodities em 2009 e 2010, amorteceu em curto prazo a queda do crescimento do país.

Nesse contexto foi eleita para suceder a Lula, Dilma Rousseff, sua Ministra da Casa Civil, que substituiu José Dirceu em 20 de junho de 2005 e era responsável pela direção do PAC. Mineira, Dilma Rousseff não havia concorrido a cargos eletivos anteriormente e construiu sua vida pública no Rio Grande do Sul onde formou-se em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ainda em Minas Gerais foi militante do grupo VAR – Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária), durante o período militar, tendo sido presa de 1970 a 1972.

Com a redemocratização, já em Porto Alegre, ingressou no Partido Democrático Trabalhista e em 2001 filiou-se ao Partido dos Trabalhadores quando era Secretária de Minas e Energia do Governo de Olívio Dutra, cargo que ocupou anteriormente durante o Governo de Alceu Collares do PDT entre 1993 e 1994, também em gestão de Alceu Collares foi Secretária Municipal da Fazenda de Porto Alegre entre 1985 e 1988. Dilma participou da elaboração do plano de governo de Lula para as eleições de 2002 e tornou-se sua Ministra de Minas e Energia. Com a queda de José Dirceu ascendeu a Casa Civil e tornou-se a candidata escolhida por Lula para as eleições presidenciais de 2010.

Eleita a primeira Presidenta da história brasileira na esteira dos sucessos do governo de Lula, Dilma chega em 2013 com uma aprovação de 79% (SOUZA, 2016).

Sob um aparente céu de brigadeiro, 2013 marca o momento em que se choca o “Ovo da Serpente”¹⁵.

Em junho de 2013, manifestações de estudantes na capital paulista organizadas pelo Movimento Passe Livre, protestaram contra o aumento das passagens do transporte coletivo. Tratadas inicialmente como “vandalismo”, essas manifestações vão sendo incentivadas, apropriadas e resinificadas pela grande imprensa e a direita política (SINGER, 2013).

Se, por um lado, as políticas compensatórias dos governos petistas possibilitaram um ascenso de importantes parcelas das classes populares ao capital cultural, em especial através da ampliação e facilitação do acesso a vagas no ensino superior, a não correspondência em empregos bem pagos e serviços de saúde e transporte, agora mais demandados, de boa qualidade, geraram um descontentamento que em tese poderia tencionar um avanço maior do projeto político em curso, mas não foi o que se viu (SOUZA, 2016).

Legitimadas por uma demanda real de melhores serviços públicos e melhores empregos, as manifestações de junho de 2013 rapidamente se converteram em um desaguar massivo de ressentimento social das classes médias e mecanismo eficiente de desgastar o governo de Dilma Rousseff.

Singer (2013) ainda em 2013 aponta três fases dos acontecimentos de junho, uma primeira fase de 06 a 13 de junho marcada pela mobilização em torno do valor das passagens no transporte público e objeto de forte repressão policial, uma segunda fase de 17 a 20 de junho marcada por demandas difusas se direcionando contra os governos em especial o federal e com grande cobertura midiática e uma terceira fase de 21 até o fim de junho marcada por protestos com pautas específicas como a redução de pedágios, derrubada da PEC 37, protesto contra o Programa Mais Médicos, etc.

Com base em pesquisas sobre o perfil de idade, escolaridade e renda dos participantes das manifestações realizadas pelos institutos Datafolha na cidade de São Paulo, do Plus Marketing sobre as manifestações na cidade do Rio de Janeiro, do Inovare sobre as manifestações Belo Horizonte e do IBOPE sobre outra oito capitais, Singer (2013) conclui que os protagonistas dos acontecimentos de junho eram jovens (12 a 25 anos) e jovens adultos (26 a 35 anos) oriundos do “novo proletariado” que

15 Alusão ao filme de Ingmar Bergman, uma coprodução estadunidense e alemã de 1977. Referência feita por Souza (2016, p. 87).

acendeu ao ensino superior e ao mercado de trabalho em condições precárias e da classe média tradicional. Essas duas camadas sociais vão dividir o caráter das reivindicações e sua evolução no decorrer dos acontecimentos.

A fração da classe média moralista e conservadora (SOUZA, 2016) mais uma vez ocupa seu papel de “representante” da sociedade brasileira e toma as ruas bradando palavras de ordem contra a política, os partidos, em especial o PT, em defesa de uma moralidade abstrata que traduz na verdade uma forma de catalisar em um discurso seu desprezo pelos mais pobres e seu medo de ver ameaçados seus privilégios na hierarquia social.

O processo de captura das manifestações de junho em favor de uma pauta contra o governo do PT obedeceu ao mesmo padrão do ocorrido nas chamadas “revoluções coloridas”¹⁶. Em artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* em 2018, Barnabé de Souza Filho aborda o golpe no Brasil e a reorganização imperialista sob a globalização, ao tratar do imperialismo no século XXI expõe o método utilizado nas revoluções coloridas, recorrendo a estudos acadêmicos que analisaram essas revoluções, em especial o de Carolina Scherer da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que levantou dados sobre a participação dos Estados Unidos no financiamento e treinamento de ong’s no leste europeu.

A USAID, a Open Society, do bilionário George Soros e o International Republican Institute, ligado ao Partido Republicano foram fontes de financiamento de ações baseadas fundamentalmente no manual de ações não-violentas, criado por Gene Sharp, um professor da Universidade de Massachusetts, que ainda de acordo com o artigo treinava as ong’s: “no uso sofisticado das redes sociais e das tecnologias de informação em geral”. Reivindicações legítimas da população em países como Sérvia, Bielo Rússia e pouco depois no Egito são capturadas e dirigidas por grupos (ong’s e movimentos) treinados e financiados pelos EUA. O artigo afirma que o mesmo processo estava presente nos acontecimentos de junho de 2013 no Brasil:

Isso também vimos no Brasil, em 2013, quando os protestos contra o aumento das passagens de ônibus acabaram nas mãos de grupos de direita, tendo a pauta desviada para o anti-PT, anti-movimentos sociais, anti-esquerda e depois para o golpe contra a presidenta Dilma Roussef. O que aconteceu no Brasil de 2013 foi a aplicação do mesmo *modus operandi* utilizado nas revoluções coloridas (FILHO, 2018).

16 Conjunto de mobilizações ocorridas a partir do ano 2000 em países do leste europeu que possuíam governos pró Rússia.

Dirigida pela grande imprensa, a guinada das manifestações de junho de 2013, resultam na formação de uma base social disposta a derrubar o governo de Dilma Rousseff e de uma aliança poderosa das empresas de comunicação e a casta jurídica do país. Essa aliança se alicerça na transformação da rejeição da PEC 37 na principal bandeira reivindicatória das mobilizações. A PEC 37 atribuía exclusividade a função investigativa nos processos judiciais de âmbito federal a Polícia Federal, restringindo ao Ministério Público a função acusatória. A corporação do MPF, sedenta de protagonismo e conseqüente formas de aumento de suas rendas (SOUZA, 2016), teve na grande imprensa um aliado à sua demanda.

2013 resultou na constituição do solo fértil para sementeira do golpe de 2016. A aprovação de Dilma despencou 35 pontos, sua rejeição chegou a 25%, solidificou-se uma base social mobilizada e criou-se a poderosa aliança mídia-judiciário.

Em 2014 os atores econômicos e sociais que sustentariam o golpe (os oligopólios financeiros, industriais, comerciais, da comunicação, a casta judiciária e a direita política) tinham a oportunidade de derrotar nas eleições o governo de Dilma Rousseff. No entanto, Dilma foi reeleita no segundo turno das eleições em 26 de outubro com 51,64% dos votos contra 48,36 % de Aécio Neves do PSDB. Foi a eleição presidencial mais acirrada da história.

Conforme Amaral e Ribeiro (2015), com base no Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014 realizado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em parceria com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), indicam que a percepção retrospectiva sobre o governo foi determinante na escolha do voto em favor de Dilma, a crise econômica e a perspectiva negativa sobre o futuro da economia foram mais atribuídos pelos eleitores de Dilma ao cenário externo e o baixíssimo índice de desemprego (menos de 5%) dava a esses eleitores a percepção de proteção aos efeitos da crise, apontaram também o papel determinante do Programa Bolsa Família na definição do voto no segundo turno, onde o embate ideológico teria aumentado.

Amaral e Ribeiro (2015) colocam em dúvida o caráter de classe da orientação do voto em 2014, mas pesquisa IBOPE¹⁷ divulgada em 25 de outubro no site G1 apontava que 69% dos eleitores com renda de até 1 salário mínimo votariam em Dilma e 60% dos eleitores com renda acima de 5 salários mínimos votariam em Aécio Neves.

17 <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/5.html>

A possibilidade de derrotar via eleitoral o projeto petista, capitaneada pela candidatura de Aécio Neves, não se materializou, mas isso não arrefeceu a disputa política em curso. O próprio Aécio Neves questionou o resultado eleitoral logo após sua promulgação.

Em 30 de outubro de 2014 o PSDB ingressou com pedido de auditoria junto ao Tribunal Superior Eleitoral para apurar a lisura do processo eleitoral, alegando que a apuração e inviolabilidade das urnas eletrônicas estavam sendo questionadas nas redes sociais.

Com o pacto de classes, materializado no convívio da rentabilidade dos capitais e importantes programas sociais, em crise, se manifesta o acirramento da disputa política, conforme Semer (2016, p. 106):

Ainda que esse esforço de privatizações, concessões e parcerias público privadas não tenha sido estancado sob os governos Lula e Dilma, cuja anuência com o neoliberalismo dividiu prateleiras com bem-sucedidos instrumentos compensatórios de transferência de renda e integração social, o projeto reformista encontrou limites que não conseguiu ultrapassar naquele momento.

Dilma, então, acena para os inimigos. Joaquim Levi, um “homem do mercado”, é nomeado Ministro da Fazenda e o 2º governo de Dilma assume parte do programa adversário, com a centralidade da chamada “austeridade”.

Com isso há um desgaste importante da base social que sustentou a recente vitória eleitoral e não há de parte das elites econômicas e sua representação na direita política qualquer arrefecimento na investida contra a estabilidade e legitimidade do governo de Dilma.

Essa investida tem na casta judiciária seu bastião mais proeminente, a denominada “operação lava a jato” das unidades paranaenses do Ministério Público Federal e da Polícia Federal de forma abertamente seletiva buscam incriminar agentes públicos ligados ao governo e os próprio ex-Presidente Lula em supostos crimes envolvendo contratos da Petrobras.

Em ações coordenadas com a cobertura também seletiva dos grandes órgãos de imprensa, essas espécies de mandarins¹⁸ do Estado brasileiro solidificam a bandeira do combate a corrupção como discurso catalisador da base social – classe média de direita – que sustentará o golpe.

18 Souza (2016, p. 121) equipara a casta judiciária brasileira aos mandarins chineses: “O esbulho era legitimado por uma ética corporativa muito semelhante à da nossa casta jurídica de hoje: a garantia da ordem social por um estamento de notáveis supostamente superior intrinsecamente”.

A operação lava a jato tem no juiz federal de Curitiba Sérgio Moro seu principal operador. Sem a distância de um julgador imparcial, Moro garante admissibilidade as ações do MPF e PF e atua abertamente na propaganda da operação. De forma articulada com a grande imprensa Moro liberou informações que deveriam ser sigilosas em time político. Destaca-se o vazamento de grampo telefônico da Presidenta Dilma em conversa com o ex-Presidente Lula. A conversa não tinha nenhum conteúdo comprometedor, mas a forma de sua divulgação e o momento serviram para impedir a entrada de Lula no governo como Ministro da Casa Civil, debilitando ainda mais a articulação política de Dilma.

Segundo Semer (2016, p. 109): “Em um golpe sem armas, sem tanques ou baionetas, Judiciário e imprensa são de fato os principais instrumentos de legitimação”.

Com sofisticada arquitetura de legitimação – discurso contra corrupção, base social, atuação de estamentos estatais e campanha midiática – o golpe tem sua operação derradeira nas casas legislativas.

Eleito Presidente da Câmara dos Deputados por poderosa articulação financeira Eduardo Cunha aceita em 2 de dezembro de 2015 processar o pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff. Baseado em uma acusação de crime de responsabilidade, o pedido de *impeachment* foi apresentado por Hélio Bicudo e os advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal.

Em ato de ruptura dos preceitos constitucionais a Câmara dos Deputados aprovou por 367 a 137 votos em 17 de abril de 2016 relatório favorável a denúncia, enquadrando como crime de responsabilidade o atraso de repasses bancos públicos por parte da União, o que até então era usual na gestão financeira dos governos.

Em meio a manifestações favoráveis ao golpe com ampla cobertura da grande imprensa e manifestações contrárias com menor cobertura e cujo os participantes eram denominados militantes, o Senado Federal aceita processar Dilma e em 31 de agosto de 2016 o golpe é consumado em uma votação cujo placar foi de 61 votos contra 20.

A inconsistência da acusação não interessava, o processo se constituiu numa pena a procura de um crime (SEMER 2016). O trâmite do *impeachment* foi meramente homologatório de um resultado já decidido, somente servia para dar ar de legalidade ao golpe.

Para Miguel (2016) sequer preceitos rasos de legitimidade democrática como os preconizados por Joseph Shumpeter que atribui a democracia a legitimação do consentimento por parte dos governados ou a necessidade de obtenção de maioria eleitoral aludido por Anthony Dows, foram observados nesse processo, reforçando seu caráter de golpe, mesmo pelo prisma meramente liberal.

Sacramentado o golpe vem então o governo de Michel Temer, que ocupava a Vice-Presidência e teve papel ativo na orquestração política do golpe.

Por conseguinte, interessa agora examinar as medidas adotadas pelo governo Temer e o que elas indicam quanto a resposta que buscamos: Qual a relação entre a crise econômica mundial e o processo político ocorrido no Brasil em 2016?

3.2 O Governo Temer e o Aprofundamento dos Condicionantes Estruturais da Dependência

A postura dos nossos endinheirados [...] é mais ou menos a seguinte: “Desde que o dinheiro entre no meu bolso, pouco me importa o arranjo social que torna isso possível” (SOUZA, 2016, p. 81).

Em 20 de outubro de 2016 na sessão¹⁹ do Senado Federal onde se debatia a Proposta de Emenda Constitucional 55, que previa a limitação dos gastos públicos por 20 anos, a Senadora Gleisi Hoffmann questionou o Senador Cristóvão Buarque: “...por que vocês fizeram o impeachment?” e Cristóvão respondeu: “Pela PEC do teto, que a senhora não quer votar”, após Gleisi fala: “...então eu queria que vocês disputassem uma eleição com a PEC do teto”, ao que Cristóvão responde: “Vai perder”. Esse diálogo é mais uma de tantas demonstrações públicas dos motivos não jurídico-constitucionais que levaram a deposição da então Presidenta Dilma Rousseff.

Em situações claras como a relata e na pesquisa bibliográfica empreendida nesse trabalho restou evidente os objetivos de ordem econômica que levaram a ruptura institucional promovida pelo golpe de 2016.

Segundo Miguel (2016, p. 36):

A interinidade de Michel Temer comprovou aquilo que já se antecipava. O governo avança, o mais rápido que pode, na agenda de retrocesso que se deseja impor ao país – entrega do patrimônio público, avanço do fundamentalismo, retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento crítico, recuo na legislação ambiental, arbitrariedade

19 Link do vídeo da sessão mencionada mencionado: <https://www.youtube.com/watch?v=mXSLGUfCxIs>

escancarada da força policial, cortes nas políticas sociais, tributação regressiva.

O intento econômico das elites que perpetraram o golpe se cristalizou durante a gestão de Temer. Nos concentraremos aqui em medidas de seu governo que sob a luz da análise pautada na teoria marxista da dependência nos poderá permitir concluir um entendimento pelo problema posto a cima.

Expõe-se a seguir três medidas que se julgam serem determinantes do caráter do governo Temer e sua constituição como resposta a demanda das alterações das condicionantes conjunturais externas da dependência.

São as três: A PEC do teto de gastos, a proposta de reforma da previdência e a reforma trabalhista.

Como bem entendido no diálogo dos então Senadores Gleisi Hoffman e Cristóvão Buarque, o Projeto de Emenda Constitucional do teto de gastos constituiu a mais importante medida do governo Temer, explicitada na conversa como a própria razão do golpe. Apresentado pelo poder executivo a PEC 55 (numeração dada no Senado Federal) o projeto tornou-se texto constitucional após ser aprovado nas duas casas legislativas pela base de deputados e senadores que também aprovaram o *impeachment*.

No Gráfico 24 se observa o comparativo da votação no Senado Federal do golpe em 2016 e da PEC 55.

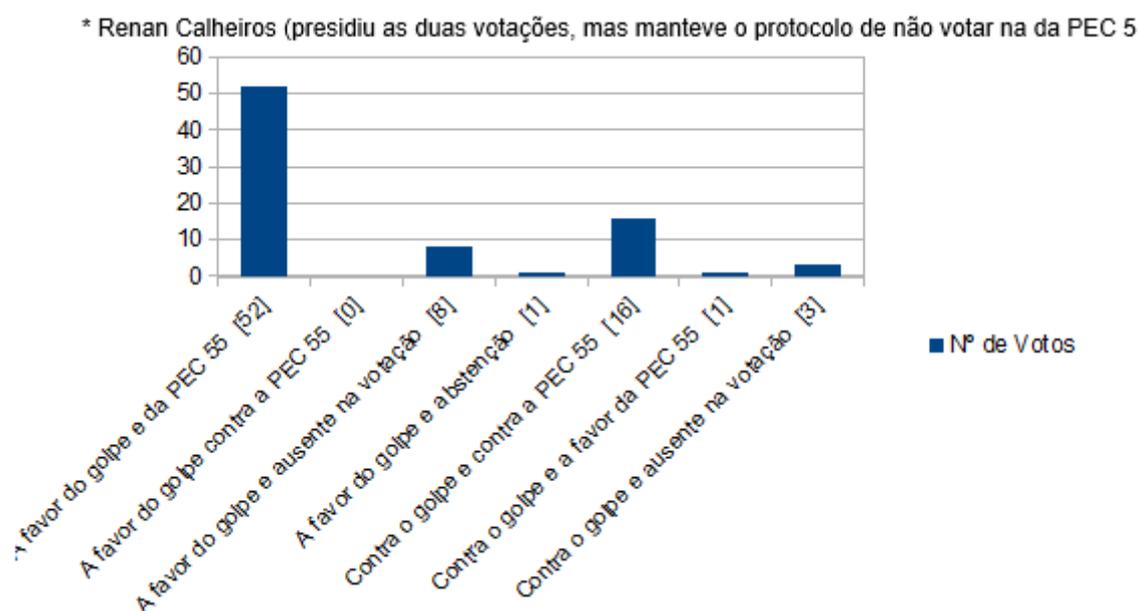


Gráfico 2412 - Comparativo das votações do golpe de 2016 e da PEC 95 no Senado Federal.
Fonte: Elaboração própria com dados do Senado Federal.

Define-se claramente a coincidência dos agentes políticos nas duas votações, demonstrando-se a convergência dos interesses no golpe e nas medidas advindas do governo golpista de Temer.

A PEC torna-se então uma Emenda Constitucional, seu texto institui um novo regime fiscal a partir de 2017, limitando o crescimento de gastos públicos dos três poderes ao do exercício anterior mais a inflação. Despesas com educação e saúde passarão a ter tal limitação a partir de 2018.

A limitação dos gastos públicos, através do novo regime fiscal, tem por objetivo garantir que a fatia do orçamento público destinada ao pagamento decorrente dos títulos da dívida pública, possuído por rentistas²⁰, seja assegurada.

Dessa forma se responde a uma demanda de realização de valor de um grande volume de capital fictício investido nos referidos títulos, essa realização é feita pelo consequente aumento de apropriação da mais valia produzida no país, se agravando assim as condicionantes estruturais da dependência.

Conforme dados do Tesouro Nacional, o investimento público caiu de 69,5 bilhões de reais em 2016 para 33,6 bilhões em 2019, ao passo que o dispêndio com o pagamento da dívida pública se mantém em torno de 40% do orçamento da união, algo em torno de 1 trilhão de reais.

A organização Auditoria Cidadã divulgou dados extraídos de órgãos oficiais do governo que apontam o gasto de 1,038 trilhões de reais com juros e amortização da dívida (Figura 17).

20 Depois da Segunda Guerra Mundial, e especialmente a partir da década de 1980, uma segunda grande mudança social aconteceu na camada mais alta das sociedades capitalistas. Os rentistas, em sua maioria herdeiros, substituíram os empresários na propriedade das companhias. Deixaram a administração das empresas a cargo da alta tecnoburocracia e contrataram outra categoria profissional, a dos financistas, brilhantes profissionais de classe média formados nas principais escolas de administração de empresas, ou com doutorado em economia, para gerir sua riqueza. Esses novos tecnoburocratas logo assumiram mais um papel. São, hoje, os intelectuais orgânicos dos rentistas, justificando o poder e os privilégios destes e seus próprios por meio da economia neoclássica e da ideologia neoliberal. Daquele ponto em diante, pode-se criar uma expressão que denote o caráter misto desse tipo de organização social: capitalismo financeiro-rentista - uma sociedade em que os capitalistas são predominantemente rentistas, enquanto os altos tecnoburocratas são os mais altos executivos das companhias, ou os financistas (BRESSER-PEREIRA, 2018).

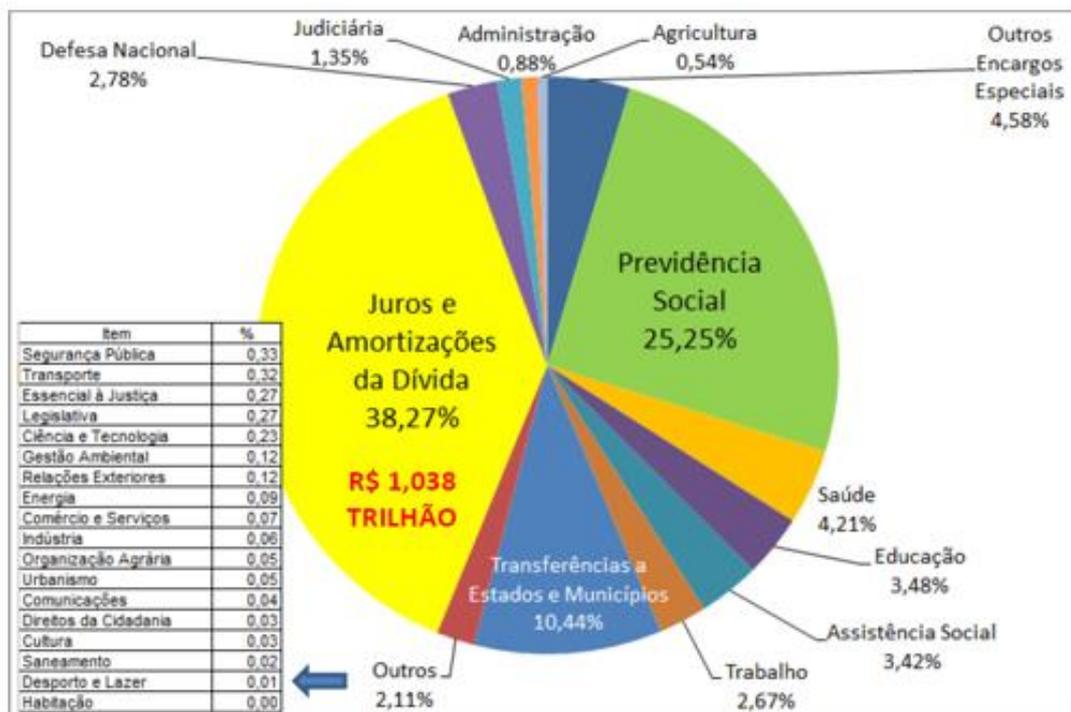


Figura 17 -Orçamento federal executado (pago) em 2019.

Fonte: Auditoria Cidadã.

Outra medida que destacamos nesse estudo é a proposta de Reforma da Previdência, que possuiu igual ou maior relevância no projeto econômico e social implantado com o governo Temer. Em 11 de março de 2017 o site UOL²¹ notícia que o governo Temer já teria gasto àquela altura mais de 100 milhões de reais em propagandas sobre o projeto encaminhado ao Congresso Nacional. Segundo o site: “A reforma da Previdência, que ainda tramita no Congresso Nacional, é defendida pelo governo Temer como essencial para diminuir parte do rombo nas contas públicas”.

A proposta de Reforma da Previdência teve sua tramitação interrompida devido a delação do Executivo da empresa JBS, Joesley Batista, que apontava o Presidente Michel Temer como avalista de ações para obstruir a operação “lava jato”.

A instabilidade política do governo impediu naquele momento que se avançasse nessa medida que criava uma idade mínima para aposentadoria dos trabalhadores privados (urbanos e servidores) de 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens. Previa também, 60 anos para homens e mulheres professores e 55 anos para homens e mulheres policiais. Previa também um tempo mínimo de 15 anos de contribuição para o trabalhador privado e 25 para o servidor público, além de um

21 Link da matéria: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/07/11/temer-gasta-r-100-milhoes-em-campanha-pela-reforma-da-previdencia.htm>

cálculo de benefício que implicava em 40 anos de contribuição para perceber 100% do benefício máximo pago pelo sistema previdenciário.

A equipe econômica do governo golpista atribuía a essa proposta a condição de resposta a um suposto déficit previdenciário estimado em 149 bilhões de reais. Note-se que no mesmo sentido da Emenda Constitucional do teto de gastos a proposta de reforma da previdência visava garantir recursos orçamentários destinados a adimplir com os títulos da dívida pública, estando em congruência com a necessidade de aumento da transferência de valor de nossa economia para as economias centrais.

A terceira medida do governo Temer que trazemos a luz desse estudo é a chamada reforma trabalhista. Depois de sofrer adiamento na sua apreciação devido a mesma instabilidade que impediu o prosseguimento da proposta de reforma da previdência, a reforma trabalhista foi aprovada em 2017 (Lei 13.467). Com o objetivo de flexibilizar a legislação das relações de trabalho, essa reforma permitiu a legalidade para um aumento da superexploração da força de trabalho. A superexploração da força de trabalho se dá pelos mesmos mecanismos de elevação da taxa de mais valia, mas não pode ser confundida com ela (CARCANHOLO, 2013), esses mecanismos são a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a apropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho (MARINI, 1973, p. 12).

Tais mecanismos se concretizam nas disposições do texto legal aprovado. A Agência Senado elenca as seguintes mudanças nas regras trabalhistas introduzidas pela reforma:

“* Os acordos coletivos passaram a prevalecer sobre a legislação. Com isso, o que for acertado entre empregado e empregador não é vetado pela lei, respeitados os direitos essenciais como férias e 13º salário.

* O pagamento da contribuição sindical, equivalente a um dia de trabalho, deixou de ser obrigatório.

* A jornada de trabalho, antes limitada a 8 horas diárias e 44 horas semanais, pode ser agora pactuada em 12 horas de trabalho e 36 horas de descanso, respeitadas as 220 horas mensais.

* As férias, de 30 dias corridos por ano, agora podem ser parceladas em até três vezes.

* Possibilidade do trabalho intermitente, com direito a férias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), contribuição previdenciária e 13º salários proporcionais. O salário não pode ser inferior ao mínimo, nem aos vencimentos de profissionais na mesma função na empresa.

* Grávidas e lactantes só poderão trabalhar em locais com insalubridade de grau médio ou mínimo. Mesmo assim, se for por vontade própria e desde que apresentem um laudo médico com a autorização”.

Essas medidas praticamente falam por si e evidenciam na ação do governo golpista o agravamento das condicionantes estruturais da dependência.

Importante ressaltar, que não somente o governo agiu para ampliar os mecanismos de aumento da taxa de mais valia. Os capitalistas atuaram para esse propósito. O site G1 publicou matéria em 28 de fevereiro de 2017 sobre pesquisa da Confederação Nacional da Indústria - CNI. A pesquisa apontou um crescimento de 4,5% na produtividade da indústria brasileira em 2017, segundo a reportagem baseada nos dados e declarações do gerente de pesquisa e competitividade da CNI: “O bom resultado pode ser reflexo do momento de crise econômica vivida pelo país, que levou as empresas a enxugarem suas equipes e os funcionários restantes a trabalhar mais intensamente”.

Analisadas as três medidas escolhidas, apresenta-se dados indicativos do impacto do golpe em importantes indicativos acerca da renda e do trabalho no Brasil.

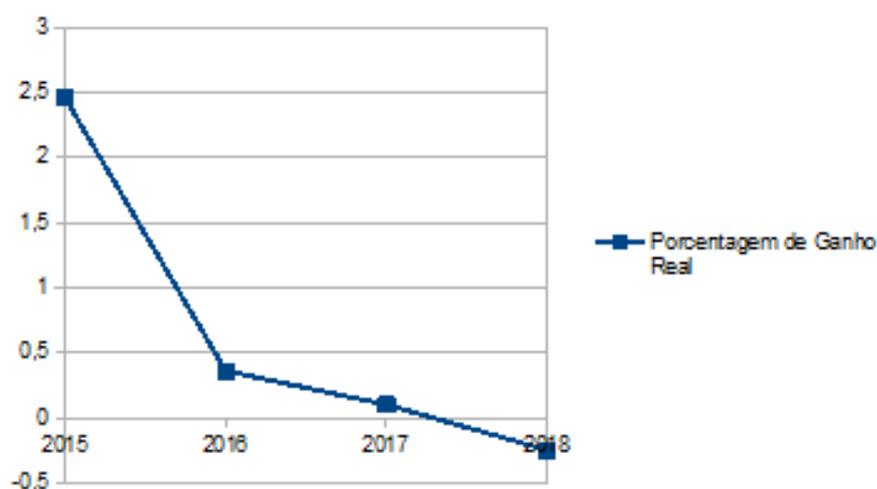


Gráfico 25 - Queda do ganho real do salário mínimo.
Fonte: Elaboração própria com dados do DIEESE.

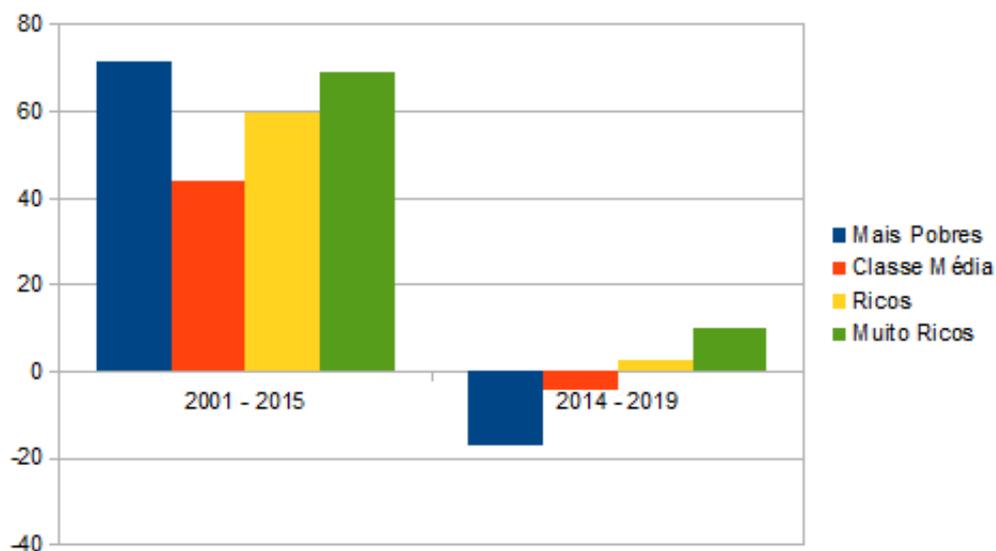


Gráfico 26 -Variação percentual acumulada da renda.
 Fonte: Folha de São Paulo (2019, com dados do PNADC/IBGE).

Esse último gráfico demonstra claramente o cenário de conciliação de classes do período Lula/Dilma onde todos ganharam e o cenário pós golpe onde os ricos e muito ricos mantêm ganhos e os pobres e a classe média perdem.

Vê-se, claramente que a alteração das condicionantes conjunturais externas da dependência provocada pela crise econômica mundial de 2008 agravou as condicionantes estruturais, agravamento facilitado pelas medidas pós golpe de 2016.

CONCLUSÃO

O agravamento das tensões políticas revelou que, para nossas classes dominantes, os pequenos avanços dos governos do PT já pareceram excessivos. Talvez devamos voltar à teoria da dependência, na versão de Ruy Mauro Marini: no capitalismo periférico, é imposto um padrão de superexploração, em que a força de trabalho deve ser vendida abaixo do valor da sua reposição (MIGUEL, 2017, p. 52).

A passagem acima de Luis Felipe Miguel, com a qual me deparei já durante o presente curso de mestrado e já trabalhando no tema dessa dissertação, coincide com a linha de pensamento que orientou o estudo aqui levado a cabo, e cuja a pesquisa bibliográfica e documental de dados econômicos evidenciou claramente.

O golpe de 2016 consiste no vetor político que orientou a luta de classes no Brasil no período recente, conforme já referido o golpe se ensaiou no processo do “mensalão” e foi gestado mais eficazmente nas manifestações de junho de 2013.

Portanto, analisá-lo é de significativa relevância para a ciência política. Ao fazê-lo sob uma perspectiva marxista, método adotado no presente estudo, foi necessário não isolar campos de estudo, compreendendo a economia, a história e a política como uma totalidade concreta.

Coube então, investigar a base material sob a qual o golpe se erigiu. Tendo a teoria marxista da dependência como marco teórico referencial, da qual buscou-se verificar a validade das categorias, foi aderido ao entendimento de que a economia brasileira possui uma condição de dependência construída historicamente no processo de desenvolvimento do capitalismo como economia mundial.

A condição de dependência da economia brasileira encontra-se atualmente em um padrão exportador de especialização produtiva, sob o qual se exercessem condicionantes estruturais que são a transferência de valor para as economias centrais e sua compensação através da superexploração da força de trabalho.

Tal condição submete a presente economia dependente a condicionantes conjunturais externos que são o crescimento da economia mundial, que garante mercado para nossos produtos e a disponibilidade de crédito internacional que permite fundamentalmente o equilíbrio das contas externa e investimentos no processo produtivo.

A condição favorável dessas condicionantes externas permitiu aos governos do PT, no período de 2003 a 2016 (em reduzida intensidade a partir de 2014), executar

uma política de conciliação de classes em que se combinou a rentabilidade dos capitais e a implementação de programas sociais que minimizavam as mazelas da superexploração.

Verificou-se que a crise econômica mundial de 2008 alterou as condicionantes conjunturais externas da dependência. Os efeitos dessa alteração não permitiam mais a manutenção do até então exitoso projeto de conciliação do PT. Essa situação criou enorme instabilidade política sob o governo de Dilma.

Dilma foi reeleita em 2014 com o apoio das classes populares, em seguida recuou politicamente para atender as demandas dos capitalistas, além de desagregar a base social que ainda lhe sustentava, não logrou sucesso na tentativa de acalmar os ânimos golpistas. Os capitalistas precisavam mais e exigiam reformas de aprofundamento neoliberal que não poderiam ser feitas por um governo de conciliação.

Os financistas e capitães da indústria, aliados a uma base social de classe média aglutinada em 2013 que refletia o sentimento de desprezo aos pobres construído historicamente na formação social baseada na escravidão, perpetraram então o golpe.

Recheado de ilegalidades o golpe, que leva a queda de Dilma Rousseff em agosto de 2016, é operacionalizado na forma de *impeachment* pelo Congresso Nacional cuja maioria representa a elite do dinheiro (SOUZA, 2017). Essa operação é legitimada e viabilizada por uma preparação executada pelos oligopólios da comunicação e a casta judiciária, que encarnou o sentimento revanchista das classes médias mobilizadas sob a bandeira do “combate a Corrupção”.

Sendo um dos articuladores do golpe, Michel Temer, que ocupava a Vice-Presidência, é empossado Presidente e dá início a um governo que verificamos foi centrado na adoção de medidas que atenderam a um aprofundamento das condicionantes estruturais da dependência. A Emenda Constitucional do teto de gastos públicos, a reforma trabalhista e a proposta de reforma da previdência (não aprovada em seu governo) traduziam a resposta exigida pelos capitais aos efeitos da crise de 2008 na economia brasileira.

No Fluxograma a seguir, se expressa o desenvolvimento da relação da dependência com a política durante o processo, que como já dito, foi o vetor político da luta de classes no período recente no Brasil. Desde o projeto da presente

dissertação, trabalhou-se com a lógica expressa no fluxograma, no decorrer da pesquisa o aprimoramos e verificamos a sua pertinência.

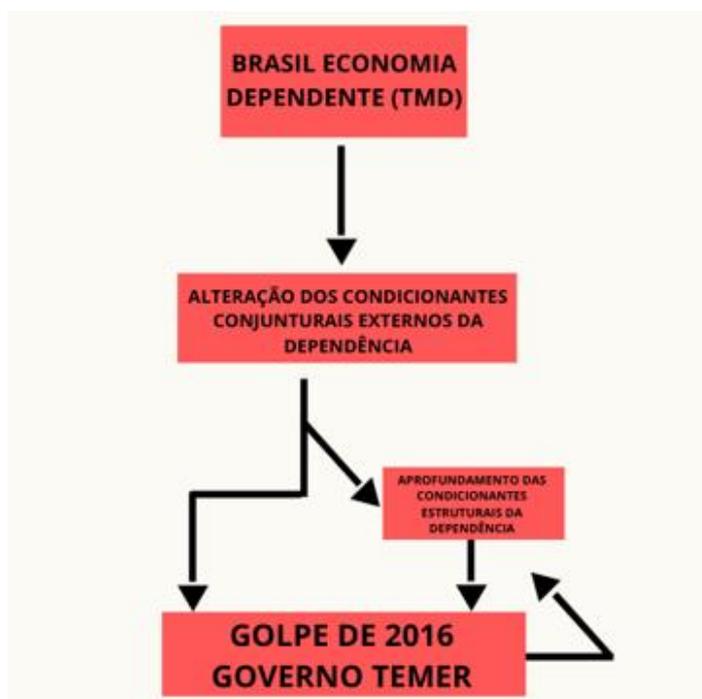


Figura 18 – Fluxograma do desenvolvimento da relação da dependência com a política.
Fonte: Elaboração própria

A análise sintetizada no fluxograma e descrita nessas considerações conclusivas, expressa como se estabeleceu a relação entre a crise econômica mundial e o processo político ocorrido no Brasil em 2016, que compreendia o problema desse trabalho. As referências bibliográficas, bem como os dados apresentados comprovaram, ao nosso ver, a hipótese de que as alterações das condicionantes externas da economia brasileira exigiram a derrubada do governo da então Presidenta Dilma Rousseff.

O “talvez” de Miguel (2017), quanto a necessidade de voltarmos a teoria da dependência para bem analisarmos o que ele chama no mesmo texto de “democracia fraturada”, foi nesse trabalho descoberto como imprescindível.

Por fim, consideramos que o processo de fratura da democracia é permeado pelo ressurgimento da extrema-direita como força política em diversas partes do globo, no Brasil pós-golpe ela chegou ao sucesso eleitoral para presidência da república, no entanto, há diferenças fundamentais nas plataformas políticas e econômicas apresentadas nos diferentes países pelas organizações desse espectro

político. Parece pertinente pensar em pesquisas que apontem concretamente essas diferenças e busquem explicá-las, como forma de contribuição a ciência política.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Alexandre Black. **Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK**. ABPHE, 2015. Disponível em:

<http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_alexandre_black_albuquerque_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

AMARAL, Oswaldo E.; RIBEIRO, Pedro Floriano. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Rev. Sociol. Polit.** v. 23 n. 56. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000400107#aff1> Acesso em: 28 fev. 2020.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo Editorial, 3. Ed., São Paulo. 2000. In: CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise Econômica Atual e Seus Impactos para a Organização da Classe Trabalhadora. **AURORA** ano IV, n. 6, 2010.

APEX-Brasil. **As Exportações Brasileiras e os Ciclos de Commodities: tendências recentes e perspectivas**. Conjuntura e Estratégia. Brasília: 2011.

AREND, Marcelo. 50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária. Porto Alegre: UFRGS, 2009. **Tese** (Doutorado em Economia), UFRGS, 2009.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis. IELA/Insular, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoria de la dependencia: uma anticrítica**. Cidade do México: ERA, 1978.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise Econômica Atual e seus Impactos para a Organização da Classe Trabalhadora. **AURORA** ano IV n. 6, 2010, ISSN: 1982-8004.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trab. Educ. Saúde**, v. 11 n. 1, p. 191-205, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo Dias . Auge e declínio dos governos progressistas na América Latina: alternativas de desenvolvimento na atual conjuntura. **Jornal dos Economistas**. Diagrama Comunicações Ltda-ME. Órgão Oficial do CORECON - RJ E SINDECON - RJ, ISSN: 1519-7387, 2016.

CASARA, Rubens R. R. **Estado democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 192. In: YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. José Dirceu: do Mensalão à Lava Jato, uma trajetória de perseguição. 2017. Disponível em:

<<http://www.justificando.com/2017/09/23/jose-dirceu-do-mensalao-lava-jato-uma-trajetoria-de-perseguido/>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

FILGUEIRAS, Luiz. O **neoliberalismo no Brasil**: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. p. 179-206. in: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (orgs). Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Buenos Aires, 2006.

FILHO, Barnabé Medeiros. **O Golpe no Brasil e a reorganização imperialista em tempo de globalização**. 2018. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-golpe-no-brasil-e-a-reorganizacao-imperialista-em-tempo-de-globalizacao/>> Acesso em: 26 fev. 2020.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. São Paulo. Cia das Letras, 2007.

GAMBERT, Bruno de Almeida. **O Império da Lei há de Chegar**: Normas do Trabalho Rural na Argentina e no Brasil (1944-1963). UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de História, Programa de Pós-graduação em História, 2018.

GARCIA, Eugênio Vargas. Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entre guerras. **Contexto int.** v. 24, n. 1, 2002.

GORENDER, Jacob. **O nascimento do materialismo histórico**. In: A Ideologia Alemã. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro, 2016

I. Lapidus e K. V. Ostrovitianov. **Conceitos Fundamentais de O Capital, Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro. Editorial Calvino, 1944.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência, problemas e categorias**. Uma visão histórica. São Paulo. Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México D.F., Ediciones Era, 1973; Frankfurt, Suhrkamp Verlag, 1974; Lisboa, Centelha, 1975; Holanda, Nijegen, 1976; Buenos Aires, Ulmeiro, 1981.

MARINI, Ruy Mauro. **Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital**. Cuadernos Políticos, México D.F., Ediciones Era, n. 20, 1979b.

MARTINS, Carlos Eduardo. **A teoria da dependência, 20 anos depois de Ruy Mauro Marini**. 2017. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/alfeu/a-teoria-marxista-da-dependencia-por-carlos-eduardo-martins>>. Acesso em 26 fev. 2020.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**, São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo. Editora Moraes LTDA, 1987.

MERCADANTE, Aloizio; MARCELO Zero; *et al.* **Governos do PT: um legado para o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018

MIGUEL, Luis Felipe. **A Democracia na Encruzilhada**. In: Por que Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo. Boitempo Editorial, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia Fraturada: o golpe, os limites do arranjo concorrencial e a perplexidade da ciência política**. In: Encruzilhadas da Democracia, Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (orgs). Porto Alegre. Zouk, 2017.

MOURÃO, Rafael Pacheco. Desenvolvimento, industrialização e ordenamento político: uma discussão sobre os Estados em Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek – dois Estados, uma “Ordem”. **Revista História em Curso**. Minas Gerais, v. 2, n. 2, 2012. In: ALBUQUERQUE, Alexandre Black. Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK. ABPHE, 2015. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_alexandre_black_albuquerque_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica**. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (orgs). Padrão de reprodução do capital: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSÓRIO, Jaime. **O marxismo latino-americano e a teoria da dependência**. In: SEABRA, Raphael. Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano. Florianópolis: Insular, 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Capitalismo financeiro-rentista, **Estud. av.** v. 32, n. 92, São Paulo. 2018.

SADER, Emir. **Sobre Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. In: MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina São Paulo, Boitempo, 2011.

SANTOS, Theotônio. **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Niteroi, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2777175/mod_resource/content/1/Theot%C3%B4nio%20dos%20Santos%20-%20A%20teoria%20da%20depend%C3%Aancia%20-%20Balan%20e%20perspectivas.pdf. Acesso em: 25 fev. 2020.

SANTOS, Theotônio. **Prefácio de Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. In: MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina São Paulo, Boitempo, 2011.

SEMER, Marcelo. **Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático**: o papel do Judiciário. In: Por que Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo. Boitempo Editorial, 2016.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. **Novos estud.** - CEBRAP n.97 São Paulo Nov. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, J. **A elite do atraso – da escravidão à Lava Jato**. Ed.Leya, 2017.

VECCHIO, Angelo Del. Política e Potência no Regime Militar Brasileiro. **Proj. História**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 169-196. 2004.

WASSERMAN, Cláudia. **A teoria da dependência**: do nacional desenvolvimentismo ao neoliberalismo, Rio de Janeiro. FGV Editora, 2017.

YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. **José Dirceu: do Mensalão à Lava Jato, uma trajetória de perseguição**. 2017. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2017/09/23/jose-dirceu-do-mensalao-lava-jato-uma-trajetoria-de-perseguiacao/>>. Acesso em 27 fev. 2020.

FONTES DE DADOS CONSULTADOS

Nominal wages: Department of Labor - CPI: Bureau of Labor Statistics.
<https://www.bls.gov/cpi/tables/supplemental-files/historical-cpi-u-201912.pdf>

<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>

<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Orc%CC%A7amento-2019-versao-final.pdf>

<http://www.capitalism-and-crisis.info/pt/Bem-vindo/Novo>

<https://tecnoblog.net/117086/maiores-operadoras-de-telefonia/>

<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/6-graficos-que-explicam-por-que-os-eua-nao-vivem-uma-cri-se-de-imigracao-c1jth97z0wo4f3yy9124mvfuz/>

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20166-pib-avanca-1-0-em-2017-e-fecha-ano-em-r-6-6-trilhoes>

<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38414>

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/otaTec201SalarioMinimo.html>

<https://www.dieese.org.br/analiseicv/icv.html>

<https://valoradicionado.wordpress.com/2019/05/30/industria-atinge-menor-nivel-historico-104-do-pib-no-1o-tri-de-2019/>

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>

<https://www.significados.com.br/bens-de-capital/>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/divida-externa-2>

<https://wirelessintelligence.com/>

FONTES DE MATÉRIAS JORNALISTICAS

<https://m.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1929137-abertura-comercial-do-brasil-prejudicou-mercado-de-trabalho-ate-2010.shtml>

<https://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-global/brasil/super-ricos-no-brasil-lideram-concentracao-de-renda-global.shtml>

<https://www.youtube.com/watch?v=mXSLGUfCxls>

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/07/11/temer-gasta-r-100-milhoes-em-campanha-pela-reforma-da-previdencia.htm>

<https://g1.globo.com/economia/noticia/produtividade-na-industria-em-2017-cresce-45-aponta-pesquisa-da-cni.ghtml>

<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/temer-tem-opcoes-e-obstaculos-de-sobra-na-retomada-das-privatizacoes-6a97qoora9cms15bw46mnazi/>

<https://pt.org.br/legado-do-pt-salario-minimo-saltou-de-r-200-em-2003-para-r-880-em-2015/>